

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE  
EM  
SEGURANÇA, DEFESA E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

TÍTULO  
RESOLUÇÃO DE CONFLITOS:  
A NATO NO AFGANISTÃO



**Mestranda:** Conceição Adelaide Ruiva Monteiro Cardoso

**Orientador:** Professor Doutor Carlos Manuel Mendes Dias

**Júri**

Presidente: Doutor João Afonso Marques Coelho Gil

Arguente: Doutor Jorge Manuel Dias Sequeira

Orientador: Doutor Carlos Manuel Mendes Dias

Data de entrega

19-01-2024

## **AGRADECIMENTOS**

Todos os que já passaram por um trabalho desta natureza sabem a exigência que nos é imposta pelo calendário escolar, mas também aquela a que nós próprios temos que nos obrigar para conjugar trabalho, família e estudos.

De longe reconheço que foi a minha família a mais prejudicada e é para ela que vai o meu primeiro agradecimento pelo apoio, com um pedido de desculpas pelas “ausências”. Obrigada ao meu marido, pela paciência e participação, aos meus sobrinhos pelas partilhas e incentivo, à minha mãe e irmãos pelo amor incondicional que me dizem os seus olhos.

Obrigada aos meus professores e colegas de mestrado que durante 2 anos me ajudaram neste percurso. Não posso deixar de mencionar a excelente qualidade académica dos docentes deste mestrado, a exigência, mas também a simpatia e simplicidade.

Prof. Doutor Carlos Manuel Mendes Dias; Prof. Doutor Felipe Pathé Duarte; Prof. Doutor João Coelho Gil; Prof. Doutor Jorge Tavares da Silva; Prof. Doutor Luís Villa Brito e Prof. Doutor Mário Rui Pinto da Silva, muito obrigada pelos ensinamentos, conversas, partilhas e conselhos.

Um agradecimento muito especial ao Prof. Doutor Carlos Mendes Dias que aceitou ser meu orientador. Obrigada pela paciência, orientação e robustez dos conselhos.

Uma obrigada ainda aos meus amigos e colegas que me deram animo quando o cansaço e a vontade de desistir apareciam.

Um bem-haja a todos.

## RESUMO

Esta dissertação, intitulada “Resolução de Conflitos: a NATO no Afeganistão”. tem por base o mestrado em Segurança, Defesa e Resolução de Conflitos.

Em 11 de setembro de 2001 foram cometidos ataques terroristas nos Estados Unidos da América levados a cabo pela Al-Queda, grupo extremista islâmico liderado por Osama Bin Laden. Os ataques foram considerados contra todos os Estados que se regem pela liberdade e pela democracia. Portugal solidarizou-se e empenhou-se para marcar presença nas ações de resposta que foram sendo desencadeadas.

O trabalho tem como objeto de estudo a resolução do conflito no Afeganistão após a invasão dos Estados Unidos da América em 2001. O estudo será centrado na ISAF – a força de segurança e assistência, criada pelas Nações Unidas para intervir no terreno sob uma missão de consolidação da paz no período de 2001- 2014.

Os treze anos de presença internacional alargada a todo o território afegão ditaram alterações na vida dos afegãos governados no período de 1996 - 2001 pelo regime Taliban caracterizado pelas rígidas leis do extremismo religioso muçulmano impostas a um povo marcado ao longo da história por conflitos externos e internos, contribuindo para um país dividido e pobre, com débeis estruturas políticas, sociais e económicas, mas ainda assim com um sentimento nacionalista pouco tolerante à ocupação estrangeira.

Neste cenário encontramos respostas para o que foram as linhas tipificadoras da missão da ISAF e para o sucesso ou não da missão.

**Palavras-chave:** Afeganistão, ISAF, Resolução de conflitos, Portugal.

## **ABSTRACT**

This thesis, entitled "Conflict Resolution: NATO in Afghanistan".  
is based on the master's in Security, Defense and Conflict Resolution.

On September 11, 2001, terrorist attacks were carried out in the United States of America by Al-Queda, an Islamic extremist group led by Osama Bin Laden. The attacks were considered against all states ruled by freedom and democracy. Portugal showed solidarity and made an effort to be present in the response actions.

The object of this study is the resolution of the conflict in Afghanistan after the invasion of the United States of America in 2001. The study will focus on ISAF - the security and assistance force created by the United Nations to intervene on the ground under a peacebuilding mission in the period 2001- 2014.

The thirteen years of international presence extended to the entire Afghan territory dictated changes in the lives of Afghans governed in the period 1996-2001 by the Taliban regime characterized by the rigid laws of extremism Muslim religious imposed on a people historically marked by external and internal conflicts, contributing for a divided and poor country, with weak political, social and economic structures, but still with a nationalist sentiment that is not very tolerant of foreign occupation.

In this scenario we find answers to what were the typifying lines of the ISAF mission and to the success or failure of the mission.

**Keywords:** Afghanistan, ISAF, Conflict Resolution, Portugal.

## ÍNDICE

RESUMO.....	iii
ÍNDICE .....	v
LISTA DE SIGLAS .....	vii
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO 1 .....	5
1.    ENQUADRAMENTO CONCETUAL.....	5
1.1.    ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU).....	5
1.2.    ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (NATO)...	7
1.3.    FORÇA INTERNACIONAL DE APOIO À SEGURANÇA (ISAF) .....	9
1.4.    RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: Peace enforcement e Peacebuilding.	10
1.5.    GEOPOLÍTICA E FATORES GEOPOLÍTICOS .....	11
1.6.    REALISMO À LUZ DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	15
2.    ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO, HISTÓRICO E POLÍTICO.....	16
2.1.    AFEGANISTÃO: a geografia, a história e a política.....	16
2.2.    OS ACONTECIMENTOS DO 11 DE SETEMBRO: a reação dos EUA e dos seus aliados. ....	19
CAPÍTULO 2 .....	24
DESENVOLVIMENTO .....	24
1.    FORÇA INTERNACIONAL DE APOIO À SEGURANÇA (ISAF): Criação e missão (2001-2014) .....	24
2.    A ENTRADA DE PORTUGAL NA ISAF: A TOMADA DE DECISÃO DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA PORTUGUESA.....	29
2.1.    O Presidente da República .....	30
2.2.    A Assembleia da República .....	31

2.3. O Governo .....	33
3. CUMPRIMENTO DA MISSÃO DE PEACEBUILDING .....	35
CAPÍTULO 3 .....	39
CONCLUSÃO e RECOMENDAÇÕES.....	39
REFERÊNCIAS.....	44
ANEXOS .....	48

## LISTA DE SIGLAS

- ANSF – Força de Segurança Nacional Afegã
- ARP – Assembleia da República Portuguesa
- BE – Bloco de Esquerda
- CS/ONU – Conselho de Segurança da ONU
- CDS/PP – Partido do Centro Democrático Social - Partido Popular
- EUA – Estados Unidos da América
- IAEM – Instituto de Altos Estudos Militares
- ISAF – Força Internacional de Apoio à Segurança (*International Security and Assistance Force*)
- ISW – Instituto de Estudo da Guerra (*Institute for the Study of War-EUA*)
- NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte (North Atlantic Treaty Organization)
- ONU – Organização das Nações Unidas (United Nations Organization)
- PCP – Partido Comunista Português
- PRT – Equipa Regional de Reconstrução (*Provincial Reconstruction Team*)
- PS – Partido Socialista
- PSD – Partido Social Democrata
- RI – Relações Internacionais
- UNAMA – Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (*United Nations Assistance Mission in Afghanistan*)
- UNPFA – Fundo de Populações das Nações Unidas (*United Nations Population Fund*)
- USFOR-A - Força Norte Americana no Afeganistão

## INTRODUÇÃO

A invasão do Afeganistão pelos EUA em 2001, ocorreu face à recusa do governo afegão<sup>1</sup> em entregar o responsável<sup>2</sup> pelos atentados em solo Americano ocorridos em 11 de setembro de 2001. Os atentados terroristas produziram um efeito ímpar de apoio aos EUA (Sugahara 2008:32,33) passaram a ser uma possibilidade iminente para todos os países não alinhados com o islamismo radical professado pela Al-Queda.

O Afeganistão é um país pobre, um Estado falhado marcado por uma complexidade que tem por base a sua posição geográfica e uma multiplicidade de fatores étnicos que o caracterizam e a que se junta um historial de constantes lutas internas e externas.

O tema deste trabalho é a intervenção militar no Afeganistão que decorreu após os atentados terroristas do 11 de setembro nos Estados Unidos da América, e existindo várias formas de abordar este assunto surge a necessidade de delimitar o estudo ao papel da International Security and Assistance Force (ISAF) no período de 2001-2014.

Assim o objetivo geral deste trabalho é descrever a intervenção da ISAF de 2001 a 2014. No decorrer da investigação estabeleceram-se como objetivos específicos:

- Explicar os argumentos que se encontram na base da criação da ISAF.
- Descrever o processo da tomada de decisão, dos órgãos de soberania portuguesa, da participação militar de Portugal na ISAF em 2001.
- Verificar do cumprimento da missão de *peacebuilding* implementada pela ISAF no Afeganistão.

No que se refere à estrutura do trabalho, seguimos um alinhamento de desenvolvimento do tema definido em 3 capítulos.

---

<sup>1</sup> Liderado pelo partido Taliban, partido com ligação à rede terrorista Al-Queda.

<sup>2</sup> Osama Bin Laden, líder do grupo Al-Queda caracterizado por valores fundamentalistas islâmicos e por um sentimento anti- americano.

O capítulo 1 é dividido em dois momentos: inicia com o enquadramento concetual relativo à ONU, à NATO, à ISAF, à Resolução de Conflitos, à Geopolítica e Fatores Geopolíticos e por fim ao Realismo à luz das Relações Internacionais.

Segue-se um enquadramento geográfico, histórico e político e aqui propomo-nos fazer uma abordagem à geografia, à história e à política do Afeganistão e também um enquadramento dos atentados do 11 de setembro e a reação dos EUA e dos seus aliados.

No capítulo 2 propomo-nos fazer o desenvolvimento do tema deste trabalho e para uma melhor estruturação para encontrar resposta às nossas questões, dividimos este capítulo em três momentos.

O primeiro dedicado à ISAF, a sua criação e missão com o objetivo de explicar os argumentos que se encontram na base da sua criação, e de descrever a intervenção no Afeganistão no período de 2001 a 2014, tentando responder às nossas questões: quais as linhas de ação tipificadoras da intervenção da ISAF? e quais os fatores que levaram à criação da ISAF?

No segundo momento abordaremos a entrada de Portugal na ISAF, descrevendo o processo da tomada de decisão dos órgãos de soberania portuguesa quanto à participação militar das nossas Forças Armadas. Pretendemos apurar se a decisão da participação militar de Portugal na ISAF reuniu consenso dos órgãos de soberania do Estado português.

O terceiro momento é dedicado à verificação do cumprimento da missão de *Peacebuilding* da ISAF de acordo com a missão para a qual estava mandatada.

O Capítulo 3 é destinado às conclusões.

Identificamos de seguida o método de investigação utilizado neste trabalho.

O método de investigação **quanto à lógica** que consideramos adequado é o método dedutivo com análise qualitativa, no sentido em que partiremos de uma situação geral para o particular, ou seja, da intervenção militar no Afeganistão

liderada pelos Estados Unidos da América e analisaremos a intervenção da ISAF num período temporal para encontrar respostas às nossas questões.

**Quanto ao processamento** recorreremos ao método histórico. Este método parte do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado é por isso importante o seu conhecimento para melhor compreender o seu impacto na sociedade atual.

Segundo Franz Boas<sup>3</sup>: “É necessário conhecer as suas raízes/origens para compreender sua natureza e função”. Considera assim que, para se estudar um grupo ou um povo importa conhecer o seu ambiente físico, os costumes, a língua, e a vida social. Entender o passado para perceber o presente e prever o futuro.(Francisco Porfírio sem data)

Neste sentido, consideramos que conhecer a história do Afeganistão e o seu povo nos ajudará a perceber o desenrolar da intervenção da ISAF no terreno e o contributo para o sucesso ou insucesso da missão.

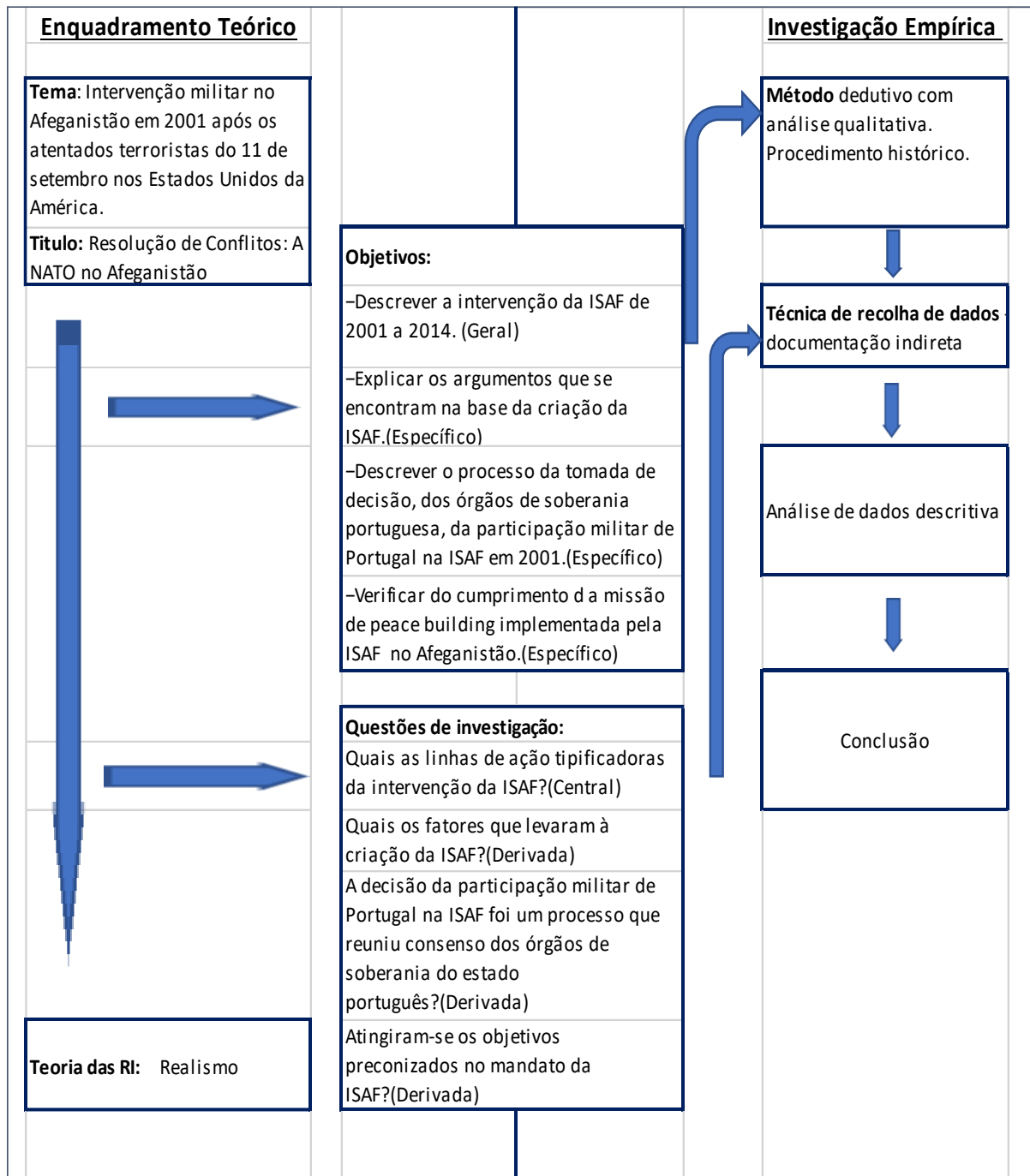
A **técnica de recolha de dados** será feita através de fontes documentais indiretas. Procurar-se-á informação sobre o tema em análise nos documentos escritos e audiovisuais quer dos meios de comunicação portugueses quer nos estrangeiros onde incluímos canais de televisão, jornais online e vídeos, sítios oficiais de fontes governamentais, organizações internacionais e trabalhos científico/académicos.

No seguimento do método de investigação supra descrito que orientará este trabalho, importa dizer que o planeamento e execução de um projeto de estudo e investigação prende-se com o conhecimento de um conjunto de técnicas e processos que nos ajudem a sistematizar o que pretendemos elaborar. Para dar ordem a um trabalho (que também o condiciona) os métodos e técnicas de investigação deverão ser selecionados a partir do problema, da formulação de hipóteses (quando aplicável), da limitação do universo ou da amostra até à conclusão.

---

<sup>3</sup> Antropólogo com formação em física e geografia, nasceu na Alemanha em 1858 e mudou-se para os EUA em 1886, tornando-se uma referência nos estudos antropológicos.

Neste sentido elaboramos e o seguinte quadro científico:



Quadro 1 – Quadro Científico (elaborado pela autora)

## CAPÍTULO 1

### 1. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

Neste capítulo procuraremos enquadrar conceitos que entendemos importantes para o entendimento do estudo a que nos propusemos e que estão na génese da elaboração desta dissertação.

As organizações internacionais ONU e NATO pretendem a cooperação e a paz mundial e as duas estão ligadas à força internacional de apoio à segurança - a ISAF, que atuou no Afeganistão após a invasão militar liderada pelos EUA e que é o objeto do nosso estudo: a ONU é responsável pela sua criação em 2001 e a NATO pela sua organização e gestão a partir de 2003.

Por outro lado, perceber o conceito de geopolítica e os fatores geopolíticos ajudar-nos-ão igualmente a entender o palco deste conflito e as dinâmicas intrínsecas.

#### 1.1. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

A Organização das Nações Unidas (ONU) foi estabelecida em 1945 através da *Carta das Nações Unidas*, num contexto pós-segunda guerra mundial e inicia assim:

*“Nós, os povos das nações unidas*

*Decididos*

*A preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que por duas vezes, no espaço de uma vida humana, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade.”*

Os seus propósitos são logo definidos no seu Artigo 1:

1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer rutura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz;

2. Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal;
3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião;
4. Ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns (ONU 1945).

Ao longo dos anos a organização foi-se adaptando para melhorar a sua intervenção. Tem hoje múltiplas agências e órgãos especializados<sup>4</sup>.

A Assembleia Geral é o principal órgão deliberativo das Nações Unidas e tem como objetivo definir as políticas da Organização. Todos os 193 Estados-Membros das Nações Unidas estão representados na Assembleia Geral, sendo o único órgão da ONU com representação universal. A Assembleia Geral elege por dois anos os 10 membros não permanentes do Conselho de Segurança compostos por 15 membros. Os 5 membros permanentes são de acordo com o artigo 23<sup>a</sup> da Carta das Nações Unidas, os Estados Unidos da América, a Federação da Rússia, a França, o Reino Unido e a República Popular da China (Nações Unidas 2023).

De acordo com Regis, *“as decisões do Conselho de Segurança constituem uma das espécies de fontes do Direito Internacional”* e citando Amaral (2005), diz que há decisões do Conselho de Segurança que são verdadeiras leis (Regis 2012:229).

A Organização das Nações Unidas visa facilitar a cooperação entre os Estados-Membros em várias áreas: cumprimento da paz, progresso social, direito internacional, segurança internacional, direitos humanos.

---

<sup>4</sup> Exemplos nas Agências Especializadas: UNIDO – Organização para o Desenvolvimento Industrial criada em 1967; OMT-Organização Mundial do Turismo criada em 1974; IFAD-Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola criado em 1977.

Exemplo nos Órgãos Subsidiários: Conselho de Direitos Humanos criado em 2006.

Nota: Em Anexos ver Imagem 2 - Organograma da ONU.

O Afeganistão é desde a década de 40, do século XX, membro da ONU<sup>5</sup>, devendo adotar todas as diretivas da Carta das Nações Unidas. Com os Taliban no governo, o Afeganistão tornou-se um terreno fértil para o terrorismo, destabilizando a região e a comunidade internacional. A ONU e o seu Conselho de Segurança que emitiu várias Resoluções<sup>6</sup>, apresentaram preocupação com a situação no Afeganistão. (Regis 2012:222)

As decisões do CS/ONU não foram acatadas pelo governo Taliban, que não atendeu ao pedido de entrega de Osama Bin Laden e dos seus associados<sup>7</sup>, continuando a fornecer-lhes refúgio e treino em todo o território afegão, contribuindo para a insegurança internacional, mas também para abusos internos contrariando o estabelecido na Carta das Nações.

Assim a ONU, mesmo não expressando uma decisão clara para a intervenção militar dos EUA no Afeganistão, ao abrigo do Capítulo VII da Carta das Nações e da Resolução nº 1373/01 de Conselho de Segurança, a ação não foi alvo de qualquer recomendação ou rejeição, reafirmando o direito (individual ou coletivo) de autodefesa reconhecido na Carta das Nações Unidas.

## 1.2. ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (NATO)

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (assinado em Washington, abril de 1949) estabeleceu a Aliança Atlântica entre 12 Estados (fundadores: Portugal, Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Holanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Reino Unido e Estados Unidos da América), até ao início de abril do corrente ano tinha 30 membros.

---

<sup>5</sup> Resolução nº 8/40 do Conselho de Segurança

<sup>6</sup> Resolução nº 1076/96; nº 1189/99; nº 1193/98; nº 1214/98; nº 1267/99; nº 1333/00; 1363/01; 1368/01.

<sup>7</sup> Acusados nomeadamente dos atentados de 1998 às embaixadas americanas no Quênia (Nairobi) e na República Unida da Tanzânia (Dar es Salaam).

A Finlândia é desde o dia 4 de abril o 31º país-membro da organização<sup>8</sup> (NATO 2023b).

A NATO é uma aliança política e militar<sup>9</sup> que tem como objetivo central salvaguardar a liberdade e a segurança dos seus membros, promovendo a defesa coletiva, a segurança cooperativa e a gestão de crises, através de meios políticos e militares.

Uma "decisão da NATO" é a expressão da vontade coletiva de todos os países membros, uma vez que todas as decisões são tomadas por consenso.

A primeira intervenção militar da NATO, a partir de 1990, foi na Bósnia-Herzegovina<sup>10</sup> e contava com mais de 29 missões até 2001 (data da invasão do Afeganistão). Várias alterações têm sido introduzidas fruto dos vários acontecimentos que moldam as dinâmicas da conflitualidade internacional, numa tentativa constante de adaptação aos novos cenários, atores e tecnologias. O atual conflito entre a Rússia e a Ucrânia (com início em fevereiro de 2022) desencadeou alterações nas políticas externas de alguns países e levou a Finlândia<sup>11</sup> e a Suécia a efetivarem o pedido de adesão à NATO em 18 de maio de 2022 (Antena1/RTP 2022).

Os ataques ocorridos em 11 de setembro levaram a NATO a invocar pela primeira vez<sup>12</sup> o artigo 5º do seu Tratado, que estabelece: *“As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de*

---

<sup>8</sup> Em Anexos ver Quadro 4– Cronologia adesão à NATO.

<sup>9</sup> Em Anexos ver Imagem 3 – Estrutura da NATO.

<sup>10</sup> O conflito na Bósnia decorreu do processo de desintegração da Federação Iugoslava. A NATO esteve presente primeiro com a missão IFOR e depois com a missão SFOR, mandatadas pela ONU. Desde 1996, alcançaram-se muitos sucessos na Bósnia. A paz e a segurança foram restabelecidas. No plano humanitário, cumpriu-se, quase integralmente, o direito de regresso dos refugiados. Nos campos civil e político, construíram-se novas instituições políticas e as atividades administrativas foram restabelecidas. No entanto, muito continua por fazer para se chegar ao grande objetivo de Dayton: a construção de uma Bósnia democrática, multi-étnica e desenvolvida. Muitos dos sucessos alcançados resultam diretamente do envolvimento das forças da NATO no processo de construção de um Estado democrático. (Almeida 2003:192)

<sup>11</sup> A entrada da Finlândia como 31º membro da NATO concretizou-se no dia 4 de abril de 2023, dia da comemoração do 74º aniversário da Aliança. (Lusa/DN 2023)

<sup>12</sup> E única até à data.

*legítima defesa, individual ou coletiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a ação que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte. Qualquer ataque armado desta natureza e todas as providências tomadas em consequência desse ataque serão imediatamente comunicados ao Conselho de Segurança. Essas providências terminarão logo que o Conselho de Segurança tiver tomado as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais.” (NATO 1949).*

A partir de 2003 a NATO assumirá a coordenação geral da ISAF, mandatada pela ONU.

### 1.3. FORÇA INTERNACIONAL DE APOIO À SEGURANÇA (ISAF)

As Nações Unidas, através da Resolução 1386 do Conselho de Segurança e da aprovação do estabelecido na Convenção de Bona<sup>13</sup> em dezembro de 2001 (Annah 2001), criaram uma força internacional de apoio à segurança denominada *ISAF - International Security and Assistance Force* para operar no Afeganistão por um período de seis meses com o objetivo de manter a segurança e ajudar a organizar a transição para um novo governo democrático no sentido de dotar a sociedade civil de alguma organização, de efetivar uma Constituição com o mínimo de separação de poderes, algum pluralismo e algumas liberdades individuais, implementando medidas de desenvolvimento para o país e garantir o bem-estar da população. Uma missão de peacebuilding (CS/ONU 2001).

A ISAF operou no Afeganistão de 2001 a 2014 e envolveu mais de 50 países (membros e não membros). Portugal, enquanto membro da NATO, assumiu a sua

---

<sup>13</sup> O acordo de Bona foi alcançado após nove dias de intensas e exaustivas conversações entre as 4 quatro delegações afegãs mediadas pelos representantes das Nações Unidas - tendo sido a última sessão negocial dedicada às nomeações. O mosaico étnico afegão foi tido em conta na composição do governo interino onde 11 ministros são pashtun, 8 tadjiques, 5 harazas, 3 uzbeques e 2 representam minorias.(Publico 2001)

participação e esteve presente a partir de 2002 com um contingente inicial de oito elementos dos três ramos das Forças Armadas Portuguesas.<sup>14</sup>

#### 1.4. RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: Peace enforcement e Peacebuilding.

O conflito é recorrente nas sociedades, as comunidades afetadas e a comunidade internacional tentam encontrar métodos e técnicas para lidar com as dinâmicas do conflito para estabelecer a paz. Para resolver conflitos as partes podem adotar uma via pacífica<sup>15</sup> utilizando uma metodologia não coerciva (Mediação, Negociação, Bons Ofícios) ou uma via não pacífica<sup>16</sup> utilizando uma metodologia coerciva (que pode levar à intervenção armada). A resolução de conflitos pode ainda recorrer ao envolvimento de uma terceira parte para intervir ou mediar o conflito, como é o exemplo da ONU.

Tomando como referência a abordagem das Nações Unidas no relatório do departamento das operações de *Peacebuilding* de 2008<sup>17</sup> (ONU 2008:17,18) podem existir cinco principais tipos de intervenção no conflito:

1 - *Conflict prevention* - Prevenção de conflitos.

2 - *Peacemaking* – Restabelecimento da paz

3 - *Peacekeeping* - Manutenção da paz

4 - *Peace enforcement* -Imposição da paz

5 - *Peacebuilding* - Consolidação da paz

No conflito que nos propusemos abordar neste trabalho identificamos dois tipos de intervenção:

•*Peace enforcement* -Imposição da paz - envolve a aplicação, com autorização do Conselho de Segurança, de uma série de medidas coercitivas, incluindo o uso da força militar. Tais ações são autorizadas para restaurar a paz internacional e

---

<sup>14</sup> Exército, Força Aérea e Marinha.

<sup>15</sup> Capítulo VI, Artigo 33 da Carta das Nações Unidas

<sup>16</sup> Capítulo VII a Carta das Nações Unidas.

<sup>17</sup> United Nations Peacekeeping Operations, 2008, Part I, Chapter 2, p. 17, 18.

segurança em situações em que o Conselho de Segurança tenha determinado a existência de ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão.(ONU 1945:Capítulo VII)

O Conselho de Segurança pode utilizar organizações regionais e agências sob sua autoridade para implementar as ações de imposição da paz.(ONU 1945:Capítulo VIII).

No caso em estudo, as organizações ou agências a utilizar serão de acordo com o estabelecido no acordo de Bona entre as partes.

•*Peacebuilding* - Consolidação da paz – intervenção no pós-conflito que envolve uma série de medidas destinadas a reduzir o risco de voltar ao conflito, fortalecendo as capacidades nacionais em todos os níveis de gestão de conflitos e estabelecer as bases para a paz e para o desenvolvimento. A construção da paz é um processo complexo e longo e que envolve o esforço de vários atores com o objetivo de desenvolver infraestruturas políticas, económicas e securitárias para colocar o país a funcionar e torná-lo sustentável.

Estamos, no caso deste conflito no Afeganistão perante uma metodologia coerciva, o uso da força por parte das forças de segurança não se limita à autodefesa, pode ser empregue para a imposição da paz, com vista à concretização dos objetivos traçados.

A ONU está envolvida na resolução do conflito e em Bona, junto com os representantes do povo afegão delinearam a construção de um novo governo e as linhas orientadoras para a implementação de um Estado soberano e democrático no Afeganistão. Legítima a intervenção da força através das Resoluções do seu Conselho de Segurança.

## 1.5. GEOPOLÍTICA E FATORES GEOPOLÍTICOS

O sueco Rudolph Kjellén (1864-1922)<sup>18</sup> criou em 1916 o neologismo “geopolítica”, ligando assim numa só palavra a geografia à política. Para este jurista e professor,

---

<sup>18</sup> Rudolf Kjellén (1864-1922) é um jurista, professor de ciências políticas e de história.

que tem um pensamento determinista<sup>19</sup>, a geopolítica está ao serviço do estado e foca-se na relação entre o território e a atividade política.

Hoje o entendimento geopolítico alarga-se também à geografia humana, política e económica e não apenas à física (Correia 2018:16). A geopolítica é entendida, de acordo com Dias<sup>20</sup>, como “o estudo das constantes e variáveis do espaço acessível ao Homem ou que dele sofre efeito intencional”. Acrescenta ainda que: “ao objetivarem-se na construção de modelos de dinâmica de poder, projecta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na actividade da Ciência Política, com influência na acção externa dos diferentes intervenientes na Sociedade Internacional” (Dias 2012:205).

Em termos geopolíticos o Afeganistão está, de acordo com vários pensadores, dentro ou nas zonas limítrofes da região fulcral do globo e, quem dominar esta área, domina o mundo. Sem nos aprofundarmos no tema damos apenas dois exemplos: a *pivot area* ou o *heartland* de Halford Mackinder (1861-1947)<sup>21</sup>; o *heartland* e o *rimland* de Nicholas J. Spykman (1893-1943). Mais uma vez relevamos aqui a importância da posição geográfica que este país representa para os estados que pretendem obter poder ou a hegemonia nas relações internacionais<sup>22</sup>.

Passamos agora aos fatores geopolíticos (ou fatores geopolíticos/geoestratégicos).

De acordo com Freire (Nogueira 2011:221) “Estes fatores tanto podem ser analisados de ponto de vista estrutural como conjuntural. Assim, por exemplo, a posição dum Estado, que é claramente um fator estrutural, tem também o seu valor

---

<sup>19</sup>O determinismo geográfico surgiu na Alemanha, idealizado por Friedrich Ratzel, estudava a influência da natureza sobre o homem e preconizava que a natureza determina a ação do homem. O possibilismo surgiu na França, idealizado por Paul Vidal de La Blache, que afirmava que a relação homem-natureza é percebida a partir da interpretação da paisagem que lhe confere várias possibilidades de ação.

<sup>20</sup> Carlos Manuel Mendes Dias, Coronel do Exército, Professor Doutor, Docente universitário. Conta com inúmeras publicações de artigos e livros na área das ciências políticas.

<sup>21</sup> Sobre a visão geopolítica de Mackinder, A. Teixeira Carneiro, escreve num artigo da Revista da Geopolítica nº 2, p. 313: “ Em 1919.....,publica outro importante livro: “Democratic Ideals and Reality” no qual enuncia o dictum que haveria de marcar bem a sua geopolítica e de claramente influenciar inúmeros geoestratégia e políticos europeus de então:

*Who rules East Europe commands the Heartland;*  
*Who rules the Hartland commands the World Island;*  
*Who rules the Word Island commands the World.*

<sup>22</sup> Em Anexos ver Imagem 4 – Hartland e Rimland

*acrescido ou decrescido consoante a conjuntura. No primeiro caso, atua como Força Profunda na medida em que influencia o comportamento das unidades políticas à escala do tempo longo. No segundo, constitui-se em fator inibidor ou facilitador de determinados comportamentos face aos aspetos concretos duma determinada realidade conjuntural. Ambas as vertentes são essenciais à análise geopolítica”*

Segundo Dias (2018, p. 183) os fatores geopolíticos/geoestratégicos não determinam por si só o Poder de determinado ator, mas providenciam contribuição significativa para tal e para uma decorrente interpretação da realidade, quer nacional, quer internacional, utilizada em diferentes escalas, desde a regional até à mundial.

O mesmo autor alerta-nos também para o facto de que a abordagem destes elementos poder ser feita de diversas maneiras de acordo com a finalidade e utilização. Seguimos aqui também a sistematização proposta pelo IAEM em 1993 e citada por Dias (2018, p.184):

Fator Físico (território)

Fator Humano (população)

Fator Recursos Naturais

Fator Circulação

Fator Tecnológico

Fator Estruturas

Como já referimos, a análise geopolítica deverá ter em conta o conjunto dos fatores geopolíticos/geoestratégicos e a sua interligação. Não sendo este o objeto de estudo deste trabalho, propomo-nos dar ênfase ao fator físico, ao fator população e ao fator estruturas por considerarmos que têm mais relevância para a missão da ISAF.

- Fator Físico (território)

Este fator é um dos mais significativos por duas razões essenciais: a primeira diz respeito à importância que o seu conteúdo revela na caracterização de determinada entidade; a segunda respeita à permanência e prévia existência do conhecimento, permitindo que o mesmo seja conhecido antecipadamente com bastante rigor. (Dias 2018:186).

Este fator inclui os seguintes elementos a ter em conta na análise geopolítica: a extensão do território, a sua localização, a sua forma e fronteiras, a sua morfologia (relevo e hidrografia), o seu solo, a sua vegetação, o seu clima, a existência de mar e vias navegáveis, o meio aeroespacial, e as alterações resultantes da ação do homem.

#### - Fator Humano (população)

Este fator é considerado de extrema importância e deverá ter em conta o elemento demografia e o elemento etnografia. A demografia considera os efetivos populacionais, a sua distribuição e densidade no território, a sua taxa de crescimento e a sua composição ou estrutura. A etnografia para além da qualidade e nível de vida considera elementos como a raça, a religião, língua, nível de educação e desenvolvimento científico.

*“ ... a população tanto pode unir como dividir, tanto pode progredir, como pode fazer regressar e, portanto, afeta diretamente todos os fatores geopolíticos/ geoestratégicos que estudamos, não podendo também e por isso, ser analisada de uma perspectiva isolada; antes pelo contrário, é na conjugação com o estudo dos outros fatores que se conseguem perceber as potencialidades e discriminar as vulnerabilidades.”*(Dias 2018:196)

#### - Fator Estruturas.

Engloba as estruturas políticas, as estruturas sociais, as estruturas económicas e as estruturas militares. A análise destes fatores tendo em conta a sua interdependência ou interligação parece um trabalho complexo, exigente e árduo, no entanto fundamental “pois as estruturas são veículos de vontade, instrumentos

de execução de possibilidades e de minimização das vulnerabilidades: são componentes importantes da expressão do Poder” (IAEM, 1993, p.42)<sup>23</sup>

Estes três fatores geopolíticos/geoestratégicos serão tidos em conta no enquadramento geográfico, histórico e político do Afeganistão que fazemos à frente.

## 1.6. REALISMO À LUZ DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As RI apresentam duas teorias principais na abordagem relativamente ao funcionamento no plano internacional, a corrente das escolas realistas<sup>24</sup> e a corrente das escolas idealistas<sup>25</sup>.

“O debate entre realismo e idealismo continua a marcar a disciplina das Relações Internacionais. Por um lado, o realismo argumenta que a política internacional é uma luta pelo poder e uma procura pela sobrevivência, de onde resulta uma circunstância de conflito permanente entre os Estados, sem qualquer possibilidade de evolução e progresso. Por outro lado, o idealismo considera que é possível construir um mundo de coexistência pacífica, de prosperidade e de bem-estar, alcançados através da cooperação fundada em elementos assentes em valores e aspirações partilhados pelos seres humanos”(Ramon Fernandes 2017:14)

Os idealistas apresentam uma perspetiva positiva da natureza humana assente na razão, na cooperação mútua entre os Estados e na crença no progresso. Assim, como ser racional, o Homem tem a possibilidade de fazer escolhas de cooperação e de colaboração que sejam do interesse comum a todos.

Os realistas baseiam a sua teoria na anarquia internacional, ou seja, na ausência de um poder central que regule todos os Estados. Para alguns realistas como por exemplo Maquiavel (1469-1577) o Poder é um dos pontos mais importantes de um

---

<sup>23</sup> Citado por Dias, 2018, p. 204.

<sup>24</sup> Referências Clássicas desta teoria são Tucídides (460 a.C -406 a.C), Nicolau Maquiavel (1469-1527), Thomas Hobbes (1588-1679) ou Jean-Jacques Rousseau (1712-78).(Branco et al. 2017:56)

<sup>25</sup> Referências Clássicas desta teoria são Immanuel Kant (1724-1804), Johan Fichte (1762-1814), Gorge Hegel (1770-1831) (<https://mundoeducacao.uol.com.br/filosofia/idealismo.htm>, em 18-06-2023).

Estado e nenhuma moralidade o deve comprometer, sendo que os estados atuam sempre de acordo com os seus interesses.

A invasão do Afeganistão segue uma corrente realista utilizando meios para a imposição da paz e reconstrução de um Estado semelhante ao dos seus invasores, ou seja, democratizado.

## 2. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO, HISTÓRICO E POLÍTICO

### 2.1. AFEGANISTÃO: a geografia, a história e a política.



*Pinterest-pin in asia (3-7-2022) 1*

O Afeganistão está situado no Médio Oriente, Ásia Central e tem uma área de 652.225 km<sup>2</sup> - mais ou menos a mesma área da Península Ibérica. É um país interior, sem acesso ao mar. Faz fronteira com seis países, Uzbequistão (137 km), Turquemenistão (744 km), Tadjiquistão (1206 km), Irão (936 km), Paquistão (2430 km) e China (76km). Predominam as montanhas (cerca de 3 quartos do território) com altitudes a variar entre os 270 e os 7500 m e com difíceis acessos. A sul e a sudoeste encontra-se uma peneplanície quase deserta e a norte vales de origem fluvial. O clima é de grande variação e a amplitude térmica pode ser de 30°C num só dia.(Enciclopédia Geografica 1989:14)

De acordo com o relatório da ONU sobre a população Mundial em 2021 (UNPFA<sup>26</sup>, 2021) o registo de habitantes no Afeganistão consta de 39,9 milhões (Sequeira 2022:139), sendo uma população muito jovem, pouco alfabetizada maioritariamente seguidores da religião islâmica.

A débil estrutura administrativa existente no país não nos permite ter elementos precisos sobre a real composição étnica do país, existem, no entanto, várias etnias, sendo as mais relevantes: os Pashtuns (cerca de 40%); os Tajiques (cerca de 25%); os Hazaras (cerca de 18%); os Uzbeques (cerca de 6%); todas se baseiam numa organização tribal. Entre os grupos étnicos menores encontram-se os Balouches, os Pamiris, os Quirguizes, os Nouristanis, os Hindus e os Sikhs, estes 2 últimos não muçulmanos. (Sequeira 2021).

Os Pashtuns são na sua maioria muçulmanos sunitas<sup>27</sup> e estão divididos por tribos muitas vezes rivais. São proprietários rurais e detentores do sistema produtivo do país e os principais comerciantes, nomeadamente com o vizinho fronteiriço Paquistão. Assentam a sua conduta em princípios da superioridade masculina, da honra e da bravura.

De acordo com Sequeira, o seu chefe tribal é mais respeitado do que os responsáveis políticos. (Sequeira 2022:151)

Um território tão acidentado atravessado e cercado por montanhas e desfiladeiros com rudimentares vias de comunicação promove a autossuficiência de muitas aldeias. Mais de 70% da população vive nas áreas rurais. A maior cidade é *Kabul* com cerca de 3,5 milhões de habitantes, seguida por *Kandahar* com 550 mil habitantes. (Sequeira 2021)

Este cenário de retalhos e mosaicos revela como é difícil organizar todo este território em torno de um qualquer poder político central com características de um Estado tal como o entendemos no ocidente.

---

<sup>26</sup> *United Nations Population Fund.*

<sup>27</sup> Ramo da religião islâmica desde a morte do profeta Maomé em 632. O nome sunita vem da expressão "Ahl al-Sunna": "o povo da tradição". Consideram-se o ramo mais tradicional e ortodoxo do Islão, o seu chefe religioso, o Califa, vem da linhagem de Abu Bakr (573-634), sogro do profeta. (artigo da BBC news em 10-01-2020).

As rivalidades tribais e o individualismo que cada grupo mantém dificultam sempre a tarefa de governar um país assente nestas bases de tribalismo feudal. Como refere Sequeira, “um país com várias etnias e culturas dificulta a ação governativa, que tem dificuldade de estender a autoridade a todo o território”(Sequeira 2022:151)

Em termos de recursos económicos, o ópio é o mais importante impulsionador da economia. O Afeganistão é o maior produtor de ópio do mundo e fomentador do seu comércio ilegal. O gás natural e o petróleo (não explorado) são também recursos do país, não esquecendo dois minerais que chamam igualmente a atenção do mundo: lítio<sup>28</sup> e terras raras<sup>29</sup>. A sua posição geográfica é favorável economicamente para a passagem de gás natural e de petróleo para os países produtores como a Rússia, o Irão ou a Arábia Saudita. Esta ligação entre a Ásia Central, a Ásia de Sul e o Índico e o Médio Oriente permite também uma posição privilegiada para o controlo de movimentos ilegais, não só do já referido tráfico de drogas, mas também no de armas e da expansão do terrorismo ligado ao islamismo com importantes bases neste território (Sequeira 2021).

Este povo está marcado por constantes lutas feudais e guerras tribais internas mas também se viu envolvido em vários conflitos com outros países sendo de salientar dois conflitos, com a Inglaterra (1838-1842 e 1878-1879) e o conflito com os Russos (1979-1988) (Enciclopédia Geografica 1989:14 e 15).

Os conflitos internos e externos ao longo dos anos causaram a destruição de infraestruturas agrícolas e civis agravando a pobreza da população em geral, o isolamento e a proliferação de grupos terroristas ligados ao governo que dominam e controlam as atividades ilícitas ligadas ao ópio.

Segundo Bonifácio, é preciso ter presente que a região foi no século XIX dividida por fronteiras traçadas a “régua e esquadro”, de acordo com os interesses europeus

---

<sup>28</sup> O lítio é um elemento químico com massa atômica 6,941u pertencente à série dos metais alcalinos. Obtido através da eletrólise de sais como cloreto de lítio. Aplicado em diversos seguimentos industriais, o lítio, por ter baixa densidade e ser um bom condutor e armazenador de energia, é muito utilizado para fabricação de baterias. Estudos mostram a eficiência do lítio no tratamento de transtorno bipolar, esquizofrenia e também no tratamento de distúrbios da tireoide.

<sup>29</sup> Englobam 17 elementos químicos conhecidos coletivamente como terras raras, alguns necessários para o fabrico de computadores, telemóveis, cerâmicas avançadas, carros elétricos, micro-ondas, fibras óticas, sistemas de iluminação, lasers, mísseis, satélites.(Sequeira 2022:143)

e que estas linhas traçadas artificialmente e impostas aos povos ignorou as suas tradições e acabaram por dificultar o desenvolvimento do país e a concretização de um sentimento nacional. (Bonifácio 2014:92)

De acordo com Domingues Rodrigues<sup>30</sup>, em 2001 o Afeganistão era governado pelo regime Taliban<sup>31</sup>, restritivo das liberdades civis e pessoais. O país ocupava o penúltimo lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, a governação e as instituições públicas eram inexistentes, a escolaridade era mínima e as condições higiénicas e médico-sanitárias meramente fictícias. Havia um canal de televisão e oito aviões comerciais. A Al-Qaeda tinha cerca de 20 mil operacionais no território que gozavam de total impunidade, liberdade de movimentos, campos de treino e apoio financeiro (Rodrigues 2011:151).

Em 2001 a realidade do povo afegão<sup>32</sup> era a insegurança, a pobreza, as lutas internas e a opressão do regime Taliban. A invasão dos americanos e o acordo de Bona trariam esperança a este povo para melhorar a sua condição de vida. Pelo menos seria esta a esperança dos representantes das várias etnias afegãs em Bona e da maior organização internacional para paz, a ONU.

## 2.2. OS ACONTECIMENTOS DO 11 DE SETEMBRO: a reação dos EUA e dos seus aliados.

Os ataques de 11 de setembro de 2001 em território norte americano marcam o início do conflito entre os Estados Unidos da América e o Afeganistão onde supostamente se encontrava refugiado o responsável máximo pelos atos terroristas.

Até ao dia 11 de setembro de 2001, parecia impensável que um qualquer Estado estrangeiro atacasse os Estados Unidos da América, quanto mais um pequeno

---

<sup>30</sup> Em Nação e Defesa, "As Forças Armadas Portuguesas no Afeganistão"

<sup>31</sup> Em 2001, o país era governado por Mohammed Omar, líder do partido Taliban e protetor da Al-Qaeda.

<sup>32</sup> Em Anexos ver Quadro 5 – Análise SWOT do Afeganistão em 2001.

grupo, dito radical islâmico – Al-Qaeda<sup>33</sup>. Aconteceu e foram desferidos ataques aos centros de poder económico, militar e cultural em solo americano. Aparentemente motivados pelo ódio e a intenção de destruição dos valores norte americanos contraditórios aos valores da religião islâmica.

Nesses ataques, os terroristas utilizaram 4 aviões que desviaram de duas grandes empresas aéreas norte-americanas, a American Airlines e a United Airlines. Provocaram cerca de 3 mil mortes. Tudo isto criou nos americanos uma revolta e sede de justiça querendo que fossem encontrados e castigados os seus autores.

A administração George W. Bush estava no seu primeiro ano de mandato. No discurso à nação no próprio dia do atentado, o Presidente George W. Bush disse que “*não vacilaremos, não nos cansaremos, não desistiremos e não fracassaremos. A paz e a liberdade prevalecerão*”. (Bush 2001).

Os ataques de 11 de setembro mudaram a conjuntura da geopolítica mundial e marcaram uma mudança de paradigma na política de defesa americana. Soou o alarme para o risco de atentados internos. Um ano depois, em novembro de 2002, foi criado um departamento de segurança interna: o *Department of Homeland Security*.<sup>34</sup>(Carolina Ribeiro 2021)

Os ataques de 11 de setembro foram também assumidos como um ataque ao ocidente<sup>35</sup> e aos seus valores. Assistimos pelos media a declarações de vários líderes mundiais a repudiar os ataques, a demonstrar o pesar e solidariedade para com as vítimas.

Em relação à posição da ONU e segundo Baptista (2006) as resoluções aprovadas pelo Conselho de Segurança após os ataques do 11 de setembro não autorizam explicitamente o uso da força em sua resposta.

---

<sup>33</sup> A Al-Qaeda, “a base” em árabe, é uma organização fundamentalista islâmica fundada, em 1988, por Osama bin Laden, tendo como objetivo inicial a expulsão das tropas soviéticas do Afeganistão com apoio dos Estados Unidos ([www.historiadomundo.com.br](http://www.historiadomundo.com.br)).

<sup>34</sup> Este departamento anexou agências governamentais já existente e ficou responsável por temas como a imigração e entrada de cargas no país com o intuito de evitar brechas para futuros atentados.

<sup>35</sup> Tony Blair, Primeiro Ministro do Reino Unido foi dos primeiros a apoiar os Americanos e a intervenção da NATO.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas não qualificou os atos terroristas como ataques armados, mas sim como ameaças à paz e segurança internacionais.

O entendimento da NATO foi diferente e posiciona-se com o dos EUA, ou seja, os atos terroristas foram considerados como um ataque armado contra os EUA, vindo do exterior. (Baptista 2006:23)

Osama Bin Laden<sup>36</sup>, líder da organização fundamentalista Islâmica e o seu grupo terrorista, Al-Qaeda, tornaram-se o alvo número um das tropas americanas seguido dos Estados que os apoiam e abrigam.<sup>37</sup>

O Afeganistão era governado pelo líder Talibã Mohammed Omar<sup>38</sup> que se recusou a entregar aos EUA o responsável pelos ataques terroristas de 11 de setembro, Osama Bin Laden.

Numa corrente realista mais especificamente, neoconservadora<sup>39</sup>(Cabrita 2017) a administração de George W. Bush, independentemente do que pensam ou decidem as instituições internacionais para a manutenção da paz, legitimaram a sua intervenção militar não só invocando o direito de legítima defesa consagrado no artº 51<sup>40</sup> da Carta das Nações Unidas mas também tendo por base o definido na

---

<sup>36</sup> Em Anexos ver Imagem 5- Osama Bin Laden (foto)

<sup>37</sup> Logo a 14 de setembro 2001 uma resolução do Congresso dos Estados Unidos, *Autorização da Força Militar contra os Terroristas*, autoriza o seu Presidente a lutar contra os terroristas e as nações que os abrigam.

<sup>38</sup> Mullah Mohammed Omar nasceu em 1960, numa aldeia da província afegã de Kandahar, no sul do país, lutou contra os soviéticos na década de 80 e tornou-se líder supremo dos talibãs em 1996. A sua aliança com a Al-Qaeda de Osama Bin Laden provocou a invasão do Afeganistão liderada pelos EUA em 2001, depois dos ataques do 11 de Setembro.(Shev 2015).  
Em anexos ver Imagem 7 - Líder Taliban (foto)

<sup>39</sup> A abordagem do neoconservadorismo em relações internacionais liga-se com o conceito do realismo. O termo “neoconservador” foi popularizado pelo escritor socialista Michael Harrington em 1973 num ataque que fez nas páginas da revista Dissent a figuras intelectuais como Irving Kristol (considerado pai do termo neoconservadorismo), Daniel Bell, Daniel Patrick Moynihan e Nathan Glazer.

<sup>40</sup> Artº. 51 - Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva, no caso de ocorrer um ataque armado contra um membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais. As medidas tomadas pelos membros no exercício desse direito de legítima defesa serão comunicadas imediatamente ao Conselho de Segurança e não deverão, de modo algum, atingir a autoridade e a responsabilidade que a presente Carta atribui ao Conselho para levar a efeito, em qualquer momento, a ação que julgar necessária à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais.

Estratégia de Segurança Nacional<sup>41</sup>. No 2º paragrafo do prefácio deste documento podemos ler, numa tradução livre: *“devemos empregar os nossos recursos financeiros, diplomáticos e militares para manter a paz e a segurança, promover a prosperidade global, a democracia e os direitos humanos em todo o mundo”*. No final acrescenta: *“a América tem hoje o poder e a autoridade nunca vistos antes na história do mundo”*. No capítulo: Resposta a Ameaças e Crises (*Responding to Threats and Crises*) os Americanos definem: *“agimos em aliança ou parceria quando outros compartilham os nossos interesses, mas agiremos unilateralmente quando os interesses nacionais assim o exigirem”*.

Podemos dizer que os EUA se assumem como uma Nação hegemónica tendo por isso capacidade, autoridade e dever para intervir no contexto internacional em defesa dos direitos nacionais e universais de acordo com as suas políticas e os seus ideais.

A 7 de outubro de 2001 e sem resposta ao pedido de entrega de Bin Laden, os americanos invadem o Afeganistão com o objetivo declarado de derrubar o governo Taliban e acabar com as bases terroristas da Al-Qaeda<sup>42</sup>.

Segundo Cox<sup>43</sup> o país apoiou o seu presidente, George W. Bush, que procurava não apenas se vingar da Al-Qaeda, mas também destruir o regime Taliban, que fornecia à organização terrorista a sua base de apoio. Ainda de acordo com Cox, a campanha militar tinha como objetivo inicial a retirada do regime Taliban do poder e a captura dos terroristas da Al-Queda, autodeclarados responsáveis pelos atentados em solo dos EUA. O propósito foi rapidamente cumprido, tendo as forças da operação demorado apenas 70 dias, a partir da data dos primeiros ataques, até

---

<sup>41</sup> “A National Security Strategy For A Global Age”, The White House December 2000- (Clinton 2000); em 2002 George Bush assinou “The national Security Strategy of The United States”.

<sup>42</sup> Mas, de acordo com Pathé Duarte “A intervenção coordenada de resposta aos ataques de 11 de setembro ia debelando a capacidade reactiva da então maior estrutura da jihadismo, a Al-Qaeda.....foram um ponto de viragem na estrutura e na natureza do jihadismo. Para sobreviver, a Al-Qaeda sofreu um processo de adaptação à realidade. Apostou, e com sucesso, numa estrutura franchisada. É um exemplo de sobrevivência.....A ameaça não só não se diluiu como se densificou. Expandiu-se em rede”(Duarte 2015:181,182).

<sup>43</sup> Major Joseph L. Cox, do Exército dos Estados Unidos

que Hamid Karzai<sup>44</sup> fizesse o juramento de posse como presidente interino do Afeganistão. (Cox 2006:32–34)

O reconhecimento internacional do novo governo afegão está, de acordo com Baptista (2006), refletido nos acordos de Bona, consagrados pela Resolução 1383 da ONU.(Baptista 2006:7)

A intervenção militar é feita e controlada pelos americanos numa coligação com tropas do Reino Unido, da Austrália e do Canadá (Operação *Enduring Freedom*) apoiadas pela Aliança do Norte - grupo afegão de oposição ao regime Taliban.

O então primeiro-ministro do Reino Unido, Tony Blair, em entrevista a seguir ao 11 de setembro e de acordo com a publicação no jornal o *Público*, em 14-09-2001, fez um discurso breve e incisivo transmitido em direto pelas televisões europeias e norte-americanas, e afirma: “*Tivemos um aviso a 11 de Setembro, e agora temos de atuar. Estes terroristas fanáticos, capazes de desencadear ataques suicidas, podem no futuro utilizar armas químicas e biológicas...*” Terminou o discurso dizendo: “*Temos estado preparados para combater os movimentos terroristas. Agora é tempo de atuar*”. (O *Público* 2001)

De facto, a organização fundamentalista islâmica (sunita), Al-Qaeda, não se ficou pelos ataques terroristas de 11 de setembro, sucederam-se outros ataques pelo mundo, semeando o terror em várias cidades<sup>45</sup>. Todos estes ataques foram amplamente difundidos pelos média e conferiram mais visibilidade internacional à organização, mas principalmente ao seu líder, Bin Laden, que aos olhos da sociedade internacional é um criminoso sem o mínimo de respeito pela vida humana. No entanto, também é visto como um herói por muitos muçulmanos radicais, tendo tido a coragem de desafiar o poder americano e de lutar contra os infieis ocidentais.(Bonifácio 2014:61)

---

<sup>44</sup> Presidente da administração provisória do Afeganistão.

<sup>45</sup> Por exemplo: em Bali-Indonésia no dia 12 de outubro de 2002; em Madrid- Espanha no dia 11 de março de 2004; em Londres-Inglaterra no dia 7 de julho de 2005; na Embaixada da Dinamarca no Paquistão no dia 2 de junho de 2008.

## CAPÍTULO 2

### DESENVOLVIMENTO

#### 1. FORÇA INTERNACIONAL DE APOIO À SEGURANÇA (ISAF): Criação e missão (2001-2014)

A ISAF é uma força militar, suportada por uma coligação de países, para intervenção no Afeganistão legitimada pela Resolução nº 1386 do Conselho de Segurança das Nações Unidas <sup>46</sup> tendo por base o estabelecido na Convenção de Bona<sup>47</sup> em dezembro de 2001 em consequência dos ataques terroristas de 11 de setembro nos EUA.

Até agosto de 2003 foi comandada em períodos semestrais, por militares do Reino Unido, da Turquia e da Alemanha, a partir desta data e até ao fim da sua missão a ISAF passou a ser liderada pela NATO (Almeida 2019:17).

Com a entrada dos americanos no Afeganistão e a consequente queda do governo Taliban em 2001 é formado um governo de transição liderado por Hamid Karzai <sup>48</sup>. Conforme o estabelecido no acordo de Bona em 5 de dezembro de 2001, as Nações Unidas ou a NATO não seriam diretamente responsáveis por governar o

---

<sup>46</sup> Embora não seja tecnicamente uma força da ONU, a ISAF era uma força internacional mandatada pela ONU sob o Capítulo VII da Carta da ONU. Houve dezoito Resoluções do Conselho de Segurança da ONU (UNSCRs) relacionadas com a ISAF, nomeadamente: 1386, 1413, 1444, 1510, 1563, 1623, 1707, 1776, 1817, 1833, 1890, 1917, 1943, 2011, 2069, 2096, 2120, e 2145 .(NATO 2023a).

<sup>47</sup> Ver em anexos Documento 1 – Acordo de Bona.

<sup>48</sup> O acordo de Bona foi alcançado após nove dias de intensas e exaustivas conversações - perturbadas por várias vezes a partir de Cabul pelo ainda presidente Burhanuddin Rabbani - tendo a última sessão negocial (dedicada às nomeações) durado toda a noite. O mosaico étnico afegão foi tido em conta na composição do governo interino onde 11 ministros são pashtun, 8 tadjiques, 5 harazas, 3 uzbeques e 2 representam minorias.(Publico 2001)

Hamid Karzai (pashtun) foi a figura apontada pelos Estados Unidos para chefiar a Autoridade Interina Afegã. Em 2002 após a Grande Assembleia Tradicional continuará à frente da Administração Transitória do Afeganistão e nas eleições populares de 2004 é eleito presidente do país.

país, mas sim por criar as condições para ajudar o governo de transição a legitimar as políticas ocidentais no país.

A ISAF foi criada em 2001 com base no pedido de assistência das autoridades afegãs e sob o mandato da ONU. O principal objetivo da ISAF era permitir que o governo afegão fornecesse segurança efetiva em todo o país e desenvolvesse novas forças de segurança afegãs para garantir que o Afeganistão nunca mais se tornaria um porto seguro para terroristas (NATO 2023c).

Operacionalmente a ISAF definiu cinco fases para a intervenção: avaliação e preparação (incluindo operações em Cabul), expansão geográfica, estabilização, transição e retração.(Rodrigues 2011:139)

Inicialmente a ISAF atuaria em Cabul e nas zonas circundantes. Em outubro de 2003 o Conselho de Segurança<sup>49</sup> autorizou a expansão da missão da ISAF por todo o território do Afeganistão (ISW 2009). Em agosto de 2003 a NATO passou a liderar a missão da ISAF<sup>50</sup>, nomeou um comandante presente no Afeganistão e tornou-se responsável pelo planeamento, comando e coordenação no terreno.

A missão da ISAF seria assim reorganizada e alargada em termos geográficos a todo o território afegão<sup>51</sup>.

A expansão será estabelecida com a criação de comandos regionais a norte, a sul, a este e a oeste com a finalidade de dar assistência ao governo afegão para, conseguir exercer a sua autoridade por todo o país e criar condições favoráveis à criação de equipas de reconstrução regionais<sup>52</sup>.

A expansão territorial e as respetivas forças foram delineadas da seguinte forma:

1º - Dezembro de 2003 - Os contingentes Francês e Alemão expandiram para norte;

2º - Fevereiro de 2005 - Os contingentes Italiano e Espanhol expandiram para oeste;

---

<sup>49</sup> Através da Resolução nº 1510 do Conselho de Segurança da ONU, em outubro de 2003.

<sup>50</sup> A pedido das Nações Unidas e do Governo da República Islâmica do Afeganistão.

<sup>51</sup> Em Anexos ver Imagem 8 e Imagem 9 – Expansão da ISAF e Organização das forças no território.

<sup>52</sup> ISW, institute for the study of war, “the development of ISAF”, 2009.

3º - Dezembro de 2005 - Os contingentes Norte Americano, Britânico, Canadiense e Alemão expandiram para sul;

4º - Outubro de 2006 - A responsabilidade das forças da ISAF inclui toda a área geográfica do Afeganistão<sup>53</sup>.

As principais responsabilidades da ISAF ligavam-se com a segurança, com a reconstrução e desenvolvimento, com a governação e com a luta contra as drogas: Na **segurança**, conduzir à segurança e estabilidade, apoiar as forças de Segurança Nacional do Afeganistão, desarmar grupos ilegais e providenciar postos de assistência operacional.

Na **reconstrução e desenvolvimento**, cabia-lhe providenciar a segurança necessária que permitisse a reconstrução e a assistência humanitária, promovendo os Direitos Humanos.

Na **governação**, tinham a responsabilidade de apoiar o crescimento das estruturas governamentais e promover um ambiente no qual o governo se pudesse manter e desenvolver.

E por último no **combate às drogas** com a partilha de informações, campanhas de sensibilização, destruição de cadeias facilitadoras de atuação dos produtores de ópio se ligados aos insurgentes. Segundo a NATO a experiência no terreno demonstra que a produção de ópio e a violência insurgente estão geograficamente correlacionadas e o ópio continua a ser uma importante fonte de receitas para a insurgência e o crime organizado (ISW 2009).

Sintetizando, a ISAF estava incumbida de criar um ambiente seguro para lançar as bases para melhorar a governança, para o desenvolvimento socioeconómico estável e sustentável, prestando também apoio à assistência humanitária conduzida por outros atores.

Exemplo do apoio prestado à implementação de um novo regime político é também o envolvimento nos processos eleitorais iniciados com o recenseamento da população para garantir eleições democráticas. As primeiras foram as presidenciais em 2004 e em 2005 realizaram-se as parlamentares e regionais.

---

<sup>53</sup> Em Anexos ver Imagem 10 – organização da ISAF em todo o território afegão.

De acordo com a NATO (NATO 2023c) e com a expansão territorial da ISAF até 2006, a luta contra a insurgência a leste e a sul do país agrava-se entre 2007 e 2008 e houve necessidade de uma mobilização extra de 40.000 militares em 2009. Graças ao apoio da ISAF, as Forças de Segurança Nacional Afegã (ANSF) conseguiram reduzir a capacidade de insurgência em todo o território.

De acordo com o Sais Musa Samimy<sup>54</sup>, a missão da ISAF estava inicialmente limitada a um ano e incluía 4 mil militares de 18 países; em janeiro de 2007 a missão já envolvia 33 mil militares de 33 países.

Segundo o ISW, em 2009 a ISAF mantinha uma força multinacional de 62 000 militares com a contribuição de 42 nações. Cabia à ISAF fazer a ligação e interação com o Governo do Afeganistão, com a missão de assistência humanitária das Nações Unidas (UNAMA)<sup>55</sup>, com outras organizações não governamentais e com as forças armadas norte americanas no Afeganistão (USFOR-A).

Apesar das várias dificuldades no terreno e do complexo mosaico já referido anteriormente, parece que, com o alargamento da intervenção a todo o território, estaria tudo organizado para que as missões estruturadas pela ISAF pudessem ser bem-sucedidas.

No entanto a resistência dos Taliban e de outros grupos tribais à ocupação dos americanos e das forças da NATO foi uma constante e foram realizados vários ataques, como por exemplo em 2011<sup>56</sup> um ataque suicida a um hotel em Cabul, ou no mesmo ano, no dia 13 de setembro, o ataque ao quartel-general da força internacional na NATO, a ISAF (LUSA/RTP 2011), reivindicado na hora por um dos porta-voz dos Taliban, Zabiullah Mujahid<sup>57</sup> numa mensagem escrita enviada à France Press<sup>58</sup>.

---

<sup>54</sup> Artigo de 08-01-2007 na DW-Made for minds(Samimy 2007)

<sup>55</sup> Presente no Afeganistão desde 2002 para monitorizar, investigar e reportar a situação dos direitos humanos no país. (Amnistia Internacional 2021).

<sup>56</sup> France.24.com, 2011

<sup>57</sup> Em Anexos ver Imagem 6 – Zabihullah Mujahid (foto)

<sup>58</sup> RTP notícias, 13 de setembro 2011

Este ataque em especial, demonstrou que nem as zonas consideradas de alta segurança o eram de facto e que a instabilidade no país continuava a permitir atos insurgentes.

Segundo refere Pinto, foram registados em 2003 uma média de 44 incidentes violentos por mês e em 2009 aumentaram para 573 ocorrências. Os ataques suicidas passaram a integrar a estratégia de luta do movimento Taliban, sendo completados por sequestros e ações de propaganda.(Pinto 2009:211)

Um estudo conjunto da ABC News, BBC e ARd German TV, analisou o período de 2005-2009 e revelou que os EUA e os seus aliados da NATO bem como o governo de Hamid Karzai estavam não só a perder terreno no Afeganistão como também o coração e a mente do povo afegão. Em 2005 mais de 83 por cento dos afegãos expressaram uma opinião favorável dos EUA, em 2009 apenas 47 por cento partilhavam dessa opinião. O estudo conclui que, principalmente a partir de 2008, contribuíram para esta situação a generalização dos conflitos, o ressurgimento dos movimentos Taliban, as dificuldades no processo de desenvolvimento, a crescente corrupção e as reclamações sobre alimentos, combustível, energia e preços (ABCNEWS/BBC/ARDPOLL 2009:2).

Estes factos vêm dificultar a missão da ISAF para a qual o apoio e colaboração da população às suas forças e às novas estruturas do governo eram importantes para o sucesso da missão.

Os Americanos conseguem finalmente em 2011 localizar no país vizinho Paquistão, Osama Bin Laden e neutraliza-lo<sup>59</sup>. Ao fim de 10 anos foi possível à América vingar as vítimas do 11 de setembro.(Barack Obama 2011)

Em 2011 o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama anuncia que até final de 2014 haverá a retirada gradual das tropas dos EUA e presumivelmente o fim da missão da ISAF. Reforçou no âmbito da ISAF o apoio para a reconstrução das

---

<sup>59</sup> A 2 de maio, as autoridades dos EUA divulgaram que Bin Laden foi morto num esconderijo nos arredores de Abbottabad no Paquistão. "Foi feita justiça" "Nesta noite, tenho condições de dizer aos americanos e ao mundo que os Estados Unidos conduziram uma operação que matou Osama Bin Laden, o líder da al -Qaeda e terrorista responsável pelo assassinato de milhares de homens, mulheres e crianças."(Barack Obama 2011)

forças de segurança afegãs, pretendendo que estas assumam a responsabilidade total da segurança do país no final de 2014.

E assim foi. O fim da missão da ISAF concretizou-se no final de 2014 marcando a passagem da responsabilidade do combate para o Exército e para as Forças de Segurança Afegãs, dando lugar à Missão Apoio Resoluto composta por um grupo mais pequeno de militares para continuar a apoiar o governo afegão.

Uma das missões atribuídas à ISAF era aumentar a capacidade e as competências das Forças Afegãs e a partir de 2011 esta torna-se no seu foco principal. O papel centrado no combate mudou para o papel centrado no treinamento, aconselhamento e assistência. A ISAF ajudou também a criar o espaço e a lançar as bases para melhorar as formas de governação e desenvolvimento socioeconómico para a estabilidade e sustentabilidade do país (NATO 2023c).

De acordo com a NATO, a ISAF foi uma das maiores coligações da história e a missão mais longa e desafiadora da NATO até o momento. No seu auge, a força tinha mais de 130.000 homens, com tropas de 50 países membros da NATO e de países parceiros (NATO 2023c).<sup>60</sup>

## 2. A ENTRADA DE PORTUGAL NA ISAF: A TOMADA DE DECISÃO DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA PORTUGUESA.

Em primeiro lugar importa dizer que Portugal é membro fundador da NATO e aderiu à ONU em 1955 e que no âmbito internacional, a Constituição da República Portuguesa, no ponto 5 do Artigo 275º prevê que um dos deveres das Forças Armadas é “satisfazer os compromissos internacionais do Estado português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte”.

Portugal é uma república constitucional, na qual estão previstos quatro Órgãos de Soberania que exercem os poderes soberanos do Estado: a Assembleia da República com competências legislativas e fiscalizadoras; o Presidente da República com competências de dissolver a Assembleia da República e de vetar

---

<sup>60</sup> Em Anexos ver Imagem 12– Tropas da ISAF em 2011

as leis da mesma; o Governo com competência executivas que tem como missão governar de acordo com as leis e assegurar estabilidade; e por último os Tribunais a quem cabe o poder judicial e que, porque não é relevante neste processo de tomada de decisão, não iremos abordar neste trabalho.

Esquematização dos elementos do processo da tomada de decisão				
PROBLEMA	METAS	ALTERNATIVAS	DETERMINANTES	DECISORES
Em resposta aos atentados terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos da América, deve Portugal participar ou não, com forças militares.	Encontrar e punir os responsáveis pelos atentados	A-Participação articulada nos processos de diplomacia e na aplicação de sanções sem intervenção militar.	Emoções recentes aos atentados.	Presidente da República (decisão individual).
	Garantir a defesa e a segurança interna.		Condenação dos atos terroristas de 11 de setembro.	Assembleia da República (decisão de grupo, através do voto de cada deputado).
	Defender os valores democráticos e o estabelecimento da paz internacional.	B-Participação em todas as vertentes incluindo a militar.	Incerteza. Luta pelos valores da democracia e da liberdade. Responsabilidades enquanto membros da ONU e da NATO. Reforço de reconhecimento Internacional do país. Pareceres/posições: Conselho de Estado; Conselho Superior de Defesa Nacional; Ministério dos Negócios Estrangeiros; Ministério da Defesa Nacional. Ideologia partidária.	Governo (decisão final/individual do primeiro-ministro).
(elaborado pela autora)				

## 2.1. O Presidente da República

O Presidente da República, Jorge Sampaio, enviou uma carta à Assembleia da República após os atentados. A carta foi lida na Reunião Plenária de 19 de setembro de 2001.(República 2001:6–8)<sup>61</sup>

Na carta o Presidente mostra o seu pesar e apoio às vítimas e ao governo Americano; pede reflexão e consenso na análise e decisões dos deputados; esclarece a sua posição e que medidas já tomou e as que pretende tomar a nível interno e externo.

<sup>61</sup> Diário da Assembleia da República, VIII LEGISLATURA, 3ª SESSÃO LEGISLATIVA (2001-2002), I Série-Número 1, Quinta-feira, 20 de setembro de 2001.

Neste sentido escreve: *“...No dia 11, em Nova Iorque e Washington, foram destruídas vidas e símbolos norte-americanos. O Estado Português manifestou de imediato a solidariedade com os Estados Unidos da América. Portugal é um país amigo, tanto nas horas de alegria como nas de luto. ...Perante a dimensão dos atentados terroristas, a ameaça aos nossos valores e às nossas vidas, importa que se proceda a uma reflexão do terrorismo... a Assembleia é a sede da representação de todos os cidadãos portugueses... local privilegiado para se desenvolver uma discussão nacional... e sobre as orientações e decisões que o Estado Português deve tomar sobre o problema”*.

Nas suas palavras o Presidente apela à disponibilidade de todos os deputados com vista ao diálogo para o que será o nosso papel no plano internacional e no domínio da segurança interna. Clarifica também a sua posição quando afirma: *“O nosso objetivo deve ser a punição para os responsáveis, e sobretudo, prevenir a repetição desses terríveis atentados e dissuadir os que se envolvem ou dão cobertura a este tipo de atividades”*.

No final diz: *“Empenhar-me-ei nos esforços diplomáticos do Estado português... no plano externo... será minha preocupação reforçada conferir um carácter de urgência à racionalização e reestruturação das Forças Armadas... Por tudo isso, entendi convocar o Conselho de Estado e o Conselho Superior de Defesa Nacional.”*

## 2.2. A Assembleia da República

A Assembleia da República realizou uma Reunião Plenária no dia 19 de setembro. Os atentados ocorridos oito dias antes estiveram evidentemente em análise e discussão. Foram apresentadas Declarações políticas de 4 deputados que se inscreveram para proferir as mesmas. Todos apresentaram um voto de pesar pelas vítimas dos atentados, mas nem todos concordaram com a intervenção militar de Portugal no conflito.

-O Deputado Francisco Lousã (representante do partido Bloco de Esquerda- BE):

No seu discurso(República 2001:8 e 9) o deputado condena os atentados, mas deixa claro que uma participação das forças armadas portuguesas não tem o acordo da bancada parlamentar que representa. Diz que *“apoiamos, todas as*

*declarações que reconhecem, e insistem em que Portugal não está em guerra, e, acrescentamos...Portugal deve querer a paz e a justiça contra o terror e a violência”.*

Conclui o seu discurso com a frase: *“Ora, na guerra, Portugal, não conta; mas Portugal pode contar na paz. Essa é a nossa escolha, a escolha pelo partido da paz, o partido que há-de ganhar, que pode ganhar e que tem de ganhar”.*

-O Deputado Durão Barroso (do Partido Social Democrata-PSD); condena a brutalidade dos atentados terroristas e considera fundamental o alinhamento e envolvimento de Portugal nas resoluções que forem adotadas pela ONU e pela NATO. Afirma: *“Portugal também foi atingido!”*. Fazendo alusão ao Artigo 5º, diz: *“Foi atingido um nosso aliado e, não o esqueçamos, o ataque contra um é um ataque contra todos”*. Nas palavras finais reforça que temos que agir com firmeza e que: *“pela liberdade, vale a pena darmos o máximo. Acredito que venceremos.”*(República 2001:10 e 11)

-O Deputado José Lamego (do Partido Socialista-PS), condena os atentados deixando algumas dúvidas no seu discurso sobre se concorda ou não com uma intervenção das forças militares portuguesas. No entanto lembra as responsabilidades de Portugal perante as alianças e uniões em que está inserido. Afirma que: *“Do que se trata aqui é da defesa dos valores comuns da nossa civilização e por isso temos que tomar medidas...”* No final da sua intervenção diz que os cenários ainda não estão definidos e que o Sr. Primeiro-Ministro virá ao Parlamento discutir todas as envolventes políticas e geoestratégias dos acontecimentos de 11 de setembro.(República 2001:11–13)

-O Deputado Paulo Portas (do Partido Popular – CDS-PP), condena também os atos terroristas e não deixa dúvidas nas suas palavras sobre o papel que deverá ser assumido pelo Estado português quando afirma: *“... a resposta, que é necessária, merecida e mesmo incontornável, seja feita com os aliados na forma de coligação internacional...”*(República 2001:13 e 14)

Apresentados os quatro votos de pesar pelas vítimas dos ataques terroristas de 11 de setembro nos estados Unidos da América:

Voto nº 153/VIII (PS, PSD e CDS-PP); voto nº 154/VIII (BE); voto nº 155 (Os verdes) e voto nº 156/VIII (PCP), apenas o voto nº 153/VII foi aprovado<sup>62</sup> estando assim aberta a porta para o empenhamento de Portugal na luta internacional para a defesa dos princípios e valores do mundo democrático e livre, a luta contra o terrorismo e a luta para a obtenção da paz e estabilidade internacional. (República 2001:23)

### 2.3. O Governo

À data de 11 de setembro de 2001, estava em funções o XIV Governo Constitucional, liderado pelo Primeiro-Ministro António Guterres, tendo como seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama e como Ministro da Defesa Nacional, Rui Pena.

Em 3 de outubro de 2001 o jornal Público noticiava que Jaime Gama estava em Washington para saber mais sobre a movimentação internacional face aos recentes atentados. Na sua agenda estavam previstos encontros com Colin Powell (Secretário de Estado); com Paul Wolfowitz (Vice-ministro da Defesa), com Condoleza Rice (Conselheira de Segurança Nacional) -membros do “gabinete de guerra” do Presidente George W. Bush.

O Governo foi dando conhecimento à Assembleia da República das medidas que os seus organismos foram tomando.

O Governo, através do Ministro da Defesa Nacional comunica em 1 de fevereiro que autoriza o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas a preparar o contingente nacional que integrará a ISAF.

A portaria nº 161/2002 de 22 de fevereiro publica as decisões tomadas, refere que a Assembleia da República foi informada e que o Conselho Superior de Defesa Nacional foi ouvido.

Justifica também a tomada de decisão: *“A reorganização do Afeganistão, na sequência da intervenção das Nações Unidas no âmbito do combate ao terrorismo internacional, constitui um imperativo de natureza humanitária, social, económica, que exige a intervenção de vários países, tendo sido aprovada a criação da ISAF*

---

<sup>62</sup> Aprovado com os votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP, votos contra do BE e abstenção do PCP e de Os Verdes.

— *International Security Assistance Force* — de apoio ao Afeganistão. Portugal disponibilizou-se para integrar aquela força internacional com a participação de um contingente militar.”

O contingente disponibilizado para operar nas missões no Afeganistão é constituído por uma equipa médica e uma aeronave C-130. A duração da missão é estipulada em 90 dias (prorrogável) e a equipa envolve os três ramos das forças armadas: três militares do Exército, dois militares da Marinha e três militares da Força Aérea.(Ministério 2002:1474 e 1475)

As Forças Armadas Portuguesas iniciaram assim a sua participação na ISAF em 2002, cooperando com um C-130 na Operação FINGAL liderada pelos ingleses<sup>63</sup>.

Segundo Rodrigues, “*As Forças Armadas Portuguesas contribuíram pela primeira vez em 2002, com uma equipa sanitária de oito elementos, conjunta dos três ramos. Simbólica, pelo tipo de força, pela pronta disponibilização, pela especialização dos meios humanos e por ser de âmbito conjunto, esta Unidade tinha como missão apoiar um regimento médico do Reino Unido em Cabul. Mais do que a natureza da força, Portugal demonstrou uma pronta capacidade de resposta, sendo dos primeiros países aliados a integrar a ISAF*”.(Rodrigues 2011:141)

A tomada de decisão teve o empenhamento do Presidente da República e do Governo que reuniram desde o início consenso para a participação ativa das forças armadas nos contingentes internacionais autorizados pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Teve também o empenhamento da Assembleia da República, a qual foi mantida sempre informada por parte do Presidente da República e do Primeiro Ministro dos acontecimentos que se foram desenrolando quer a nível interno quer a nível das relações internacionais.

A Assembleia aprovou por maioria a intervenção dos portugueses no conflito, os partidos ditos mais à esquerda votaram contra ou abstiveram-se. Como é previsível nos regimes democráticos não houve unanimidade nos partidos com assento parlamentar e que representam todos os cidadãos, mas a maioria dos deputados alinou-se com o Presidente da República e com o Governo.

---

<sup>63</sup> Tendo como missão principal o transporte de carga, combustível e militares de outros países.

A participação Portuguesa durou 12 anos e foi composta por cerca de 3200 militares dos três ramos das Forças Armadas.(Machado 2015)<sup>64</sup>

### 3. CUMPRIMENTO DA MISSÃO DE PEACEBUILDING

A intervenção militar no Afeganistão em 2001 teve início com uma operação de *peace enforcement*. A operação foi rápida e bem-sucedida para as forças comandadas pelos EUA. Os Taliban foram afastados do governo e um novo governo Afegão comprometeu-se a estabelecer a paz e a criar condições para uma nova política para o país, de acordo com o estabelecido no acordo de Bona.

A ISAF entra no Afeganistão neste novo cenário político com uma missão de consolidação da paz (*peacebuilding*) – apoiar e ajudar a criar e a fortalecer as capacidades nacionais em todos os níveis de gestão de conflitos, estabelecer as bases para a paz e para o desenvolvimento tornando o país funcional e sustentável.

Mas terão sido atingidos os objetivos preconizados no mandato da ISAF?

O sucesso de uma missão de apoio à paz prende-se com quatro fatores: legitimidade, credibilidade, promoção da responsabilidade nacional e imparcialidade. Quanto à legitimidade, temos o mandato claro da ONU para a intervenção da ISAF. A credibilidade tem a ver com a capacidade operacional para fazer cumprir o mandato. Promoção da responsabilidade nacional engloba promover a confiança entre os diversos atores internos e a capacidade de dosear a intromissão na autoridade do Estado. A imparcialidade prende-se com o respeito, comunicação e consulta aos diferentes níveis.

Segundo a NATO, a ISAF ajudou a criar um ambiente seguro para a implementação de um governo e para o desenvolvimento socioeconómico, referindo que durante a década da missão da ISAF o Afeganistão registou ganhos nos indicadores de saúde básica e desenvolvimento. A mortalidade materna diminuiu e a esperança de vida aumentou. Milhões de pessoas exerceram o seu direito de voto em cinco

---

<sup>64</sup> Artigo de Miguel Machado de 6 de jan., 2015 sobre o livro publicado pelo 8º Contingente no Afeganistão (última força nacional destacada para a ISAF).

anos eleitorais desde 2004, incluindo as eleições presenciais de 2014, que resultaram no estabelecimento de um governo de Unidade Nacional (NATO 2023c).

Não obstante estes indicadores positivos da NATO, relatórios das Nações Unidas e de diversas ONG, incluindo a “Human Rights Watch” indicam que no decurso dos 13 anos deste conflito, pelo menos 20 mil civis perderam a vida, dezenas de milhares ficaram feridos e centenas de milhares forçados a abandonar as suas casas. (LUSA 2014)

De acordo com o relatório da ONU (UNPFA,2021), a população do Afeganistão duplicou entre 2001 e 2021 (Sequeira 2022:139).

No relatório anual referente ao ano de 2014, o Secretário Geral da NATO, Jens Stoltenberg diz que:<sup>65</sup> *“foi o último ano da nossa operação de combate no Afeganistão, a maior na história da Aliança. Fizemos o que nos propusemos a fazer: negar refúgio seguro a terroristas internacionais, tornar o Afeganistão mais forte e tornar as nossas próprias nações mais seguras. Hoje, a segurança do Afeganistão está totalmente nas mãos dos afegãos. Embora muitos desafios permaneçam, estamos determinados a apoiar o Afeganistão para crescer sobre os ganhos que obtivemos com grande esforço e sacrifício. É por isso que lançamos uma nova missão, Resolute Support, para treinar, aconselhar e auxiliar as Forças de Defesa e Segurança Nacional Afegãs”* (Stoltenberg 2015:3).

Numa avaliação à missão da NATO feita em 2009 por Pinto, refere que: *“apesar de algumas PRTs<sup>66</sup> terem obtido sucesso na implementação dos respetivos programas de intervenção, outras evidenciam uma nítida escassez de iniciativa e recursos logísticos e financeiros, contribuindo para um panorama geral insatisfatório e revelador de ausência de uma estratégia global clara e sustentável*

---

<sup>65</sup> “was the final year of our combat operation in Afghanistan, the largest in Alliance history. We did what we set out to do: to deny safe haven to international terrorists, to make Afghanistan stronger, and to make our own nations safer. Today, the security of Afghanistan is fully in Afghan hands. While many challenges remain, we are determined to support Afghanistan to build on the gains that we have made with great effort and sacrifice. That is why we have launched a new mission, Resolute Support, to train, advise and assist the Afghan National Defence and Security Forces”.

<sup>66</sup> *Provincial Reconstruction Team* - Equipas regionais de reconstrução no território afegão sob orientação da ISAF.

*para o desenvolvimento do país. A tendência repercute-se, aliás, no cenário macro da missão da NATO, na medida em que a inexistência de cooperação estratégica entre os diversos contingentes nacionais é agravada por problemas internos do Afeganistão, tais como a economia do ópio, as divergências étnicas e políticas, a difícil relação com os vizinhos e a corrupção alastrada a todas as estruturas de poder, entre outros” (Pinto 2009:215).*

Como referimos anteriormente o apoio do povo afegão ao governo de Kabul e aos seus aliados ocidentais começa a decair a partir de 2005 e não obstante o mosaico ético acentuado que caracteriza o Afeganistão, o sentimento nacional é forte ficando em segundo plano a sua etnia quando o assunto envolve ocupação estrangeira no seu país.

A sondagem de opinião elaborada pela ABC News, BBC e ARD German TV demonstra isso mesmo: 72 por cento dos inqueridos vêem-se primeiro como afegãos e só depois como membros do seu grupo étnico (ABCNEWS/BBC/ARDPOLL 2009:12).

Cumprindo um dos objetivos do acordo de Bona, a Loya Jirga<sup>67</sup> aprovou a nova constituição do Afeganistão em janeiro de 2004 conferindo a todos os cidadãos afegãos direitos e deveres iguais perante a lei. As primeiras eleições presidenciais realizaram-se em 9 de outubro desse ano, seguidas das eleições parlamentares e regionais em 18 de setembro de 2005. Segundo declaração do Departamento de Estado dos EUA, a participação das mulheres foi elevada quer na votação quer nas candidaturas a cargos políticos, tendo as mulheres alcançado 25% do assento parlamentar.(US.GOV 2009).

De acordo com Domingos Rodrigues, as instituições afegãs conheceram um avanço significativo. Foi constituído um Supremo Tribunal de Justiça. A ajuda internacional a projetos específicos permitiu melhorar os programas políticos e um

---

<sup>67</sup> Loya Jirga é a grande assembleia dos líderes regionais do Afeganistão. A nova Constituição após a expulsão dos Taliban foi debatida e aprovada pela grande assembleia tendo por base o estabelecido no acordo de Bona, nomeadamente os direitos iguais para homens e mulheres e a liberdade religiosa, mencionando, no entanto, que o islamismo como a “religião sagrada”. Fonte: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2004/01/printable/040126\\_afegaocg](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2004/01/printable/040126_afegaocg) (consultado em 23-06-2023).

crescimento anual cerca de 13,5% (2006 a 2011). A água potável, a eletricidade, as escolas, os hospitais e as instituições de solidariedade social chegam a território e populações muito mais alargado. Permitiu-se o voto universal, a candidatura a cargos públicos, a liberdade de expressão, o direito legal à propriedade privada, acesso à justiça e a igualdade de género<sup>68</sup> (Rodrigues 2011:152, 153).

A ISAF, de acordo com a sua missão alargada a todo o território acompanhou a implementação de todas estas medidas, assegurando nomeadamente a coordenação das medidas de segurança para a realização das eleições democráticas.

O autor acima mencionado refere, no entanto, que a geração de forças apresenta algumas limitações operacionais graves: um adequado canal de apoio logístico; limitações em meios aéreos disponíveis; restrições operacionais impostas às forças no terreno (por exemplo a impossibilidade de algumas forças participarem em ações de combate)<sup>69</sup> (Rodrigues 2011:139).

John Sopko<sup>70</sup>, Inspetor-geral especial para a reconstrução do Afeganistão, apontou alguns problemas com que irá debater-se o Afeganistão no pós-2014, que inclui a fragilidade do Estado e do exército, a corrupção endémica e a produção e tráfico de droga (Sopko 2014)

Relativamente à participação Portuguesa e de acordo com Pinto (2014)<sup>71</sup> o empenhamento foi de forma geral, amplamente reconhecido o grande profissionalismo, competência e rigor das Forças Armadas portuguesas, numa lógica de contributo para a produção de segurança internacional, satisfação do interesse nacional, mas também de integração das forças locais. A este respeito, destaca-se o treino prestado à unidade afegã que viria a assumir a

---

<sup>68</sup> A igualdade de género foi pela primeira vez inserido nas prioridades da NATO, nomeadamente criando uma Divisão dedicada a esta área. (Domingos Rodrigues, Nação e Defesa, As forças Armadas Portuguesas no Afeganistão – p.153)

<sup>69</sup> CAVEAT- restrições que os países colocam ao emprego operacional das suas forças.

<sup>70</sup> John Sopko, faz parte da SIGAR, agência independente criada pelo Congresso Americano em 2008, em julho de 2012 e Presidente Obama indica-o para acompanhamento do conflito no Afeganistão.

<sup>71</sup> General Valença Pinto numa entrevista ao jornal Expresso: ([https://multimedia.expresso.pt/091214\\_ValencaPinto/index.html](https://multimedia.expresso.pt/091214_ValencaPinto/index.html), consultado em 26-05-2023)

responsabilidade pela segurança da capital, Cabul. Ao contrário de outros contingentes, as forças portuguesas não dispunham de verbas ou meios técnicos que pudessem dar às forças afegãs, mas o seu empenho numa formação competente assente numa lógica de transmissão de *know-how*, confiança e entreajuda foi fundamental para a capacitação das forças afegãs e para o reforço da imagem de Portugal como país facilitador e reconciliador (Dias, Freire, e Rocha Barradas 2021:131).

Rodrigues (2011) disse sobre o contributo militar português: *“a verdade é que as Forças Armadas Portuguesas têm desempenhado com particular profissionalismo todas as missões recebidas, sendo, por exemplo, um dos países que menos CAVEAT apresentou (apenas são limitadas as operações de combate acima dos 3 mil metros). O empenhamento nacional acompanhou a evolução das operações no terreno, a sua missão e prioridades, tendo procurado dar uma imediata resposta ao que a Coligação apresentava como necessidades a colmatar.”*(Rodrigues 2011:140)

O mesmo autor sublinha que as Forças portuguesas asseguraram missões relevantes no plano logístico, no de segurança e combate, no de treino e mentoria, tendo reconhecidamente contribuído para o cumprimento da meta definida em Bona. (Rodrigues 2011:153)

## **CAPÍTULO 3**

### **CONCLUSÃO e RECOMENDAÇÕES**

A elaboração deste trabalho não se pautou pela falta de informação disponível sobre este assunto. Consideramos que no essencial os objetivos a que nos propusemos foram globalmente atingidos.

Numa visão geopolítica resumida, o Afeganistão é um país Interior (sem acesso ao mar) mas encontra-se numa posição geográfica privilegiada que lhe permite controlar/ligar várias regiões da Ásia. Tem também recursos naturais que interessam aos países mais desenvolvidos. No entanto, é um estado falhado. Têm

várias etnias e os laços tribais sobrepõem-se ao poder central, é um país pobre com fracas estruturas políticas, económicas e sociais que não permitem estabilidade, segurança e sustentabilidade.

Estes factos podem ajudar a explicar o fracasso na construção de um Estado forte com um comando centralizado e o facto de ser um território propício ao aparecimento de fenómenos terroristas. E assim constituir uma preocupação e ameaça à segurança e à paz mundial.

Os atentados terroristas em Nova Iorque e em Washington no dia 11 de setembro de 2001, levados a cabo pela organização radical islâmica Al-Qaeda, desencadearam ondas de solidariedade e de consternação perante as vítimas, mas, acima de tudo vieram comprovar que nem mesmo as grandes potências estão a salvo. A perceção dos americanos sobre o mundo foi abalada e impôs urgentes alterações nas políticas internas e externas.

Em resposta aos atentados os EUA invadem o Afeganistão em outubro de 2001, com o apoio da Aliança do Norte do Afeganistão.

As Nações Unidas e a NATO organizaram-se para apoiar a intervenção militar no Afeganistão, liderada pelos Estados Unidos da América.

Pela primeira vez na História foram tomadas algumas medidas. A ONU reconheceu o exercício do direito de legítima defesa contra o terrorismo internacional e criou a ISAF; a NATO invocou o artigo 5º do seu Tratado.

A ISAF foi criada na sequência da Conferência de Bona em dezembro de 2001, passou a ser liderada pela NATO em agosto de 2003, mandatada pela ONU.

Para o nosso objetivo de explicar os argumentos que se encontram na base da criação da ISAF, partimos do acordo de Bona no qual se estabeleceu um novo governo para o Afeganistão e as políticas a implementar. Mas para isso a ajuda externa seria fundamental. A criação da ISAF teve por base a necessidade de enviar para a capital do Afeganistão uma força que garantisse a segurança e a assistência necessária que permitisse ao novo governo afegão implementar as novas políticas alinhadas com a democracia ocidental, nomeadamente capacitar as suas forças armadas para fazer face a grupos insurgentes.

Descrever a intervenção da ISAF de 2001 a 2014 foi de um modo geral conseguido, não entrando em operações detalhadas, por não ser esse um objetivo deste trabalho. Procuramos identificar as linhas gerais da intervenção da ISAF e estas prenderam-se fundamentalmente com a implementação da segurança no Afeganistão e com o apoio às autoridades afegãs para a manutenção da paz e segurança no processo de democratização para o país estabelecido no acordo de Bona em 2001.

Ao longo dos anos de intervenção da ISAF houve necessidade de adaptação à evolução da situação, nomeadamente do aumento de militares no terreno, alargamento geográfico da área de atuação, alteração de estratégia de atuação.

A atuação da ISAF até 2003 centrou-se na capital Cabul e nas zonas circundantes, a partir daí e até 2006 expandiu-se a todo o território do Afeganistão.

A expansão territorial da missão da ISAF demonstra que a NATO tinha noção que a situação no Afeganistão não poderia ser apenas solucionada pela via militar, daí ter-se apostado nas equipas de reconstrução regional.

As principais responsabilidades da ISAF ligam-se à segurança, reconstrução e desenvolvimento, governação e luta contra as drogas.

A partir de 2007 os atos insurgentes aumentaram e poderá estar relacionado com esta política de expansão territorial sentida pelos locais como uma ocupação.

Em 2011 após a captura e morte de Bin Laden, são definidas as novas medidas a implementar na atuação da ISAF. A missão terminaria no final de 2014 e até lá o foco principal passou a ser o apoio para a reconstrução das forças de segurança afegã para assumirem a responsabilidade total da segurança no país.

A singularidade deste conflito exigiu uma capacidade de adaptação extrema da NATO enquanto aliança internacional e dos países contribuintes de forças para a ISAF.

Consideramos ter atingido o objetivo de descrever o processo da tomada de decisão dos órgãos de soberania portuguesa quanto à participação militar de

Portugal na ISAF em 2001 e verificamos também o consenso da decisão dos três órgãos de soberania responsáveis pela tomada de decisão.

A tomada de decisão esteve na mão de três, dos quatro órgãos de soberania portuguesa: Presidente da República, Governo e Assembleia da República. Reuniu consenso dos dois primeiros e maioria do terceiro.

Portugal reviu-se nas interpretações dos factos das Nações Unidas e da NATO, e, enquanto membro das duas organizações, disponibilizou-se para integrar a força internacional com a participação de um contingente militar logo em 2002.

Os três órgãos de Soberania do Estado Português estiveram neste processo articulados, tendo trocado informações das atividades realizadas e das decisões tomadas nos diversos encontros oficiais para debate do problema e a decisão final do Estado Português foi a aprovação do envio de forças para integrar as missões da ISAF.

A ISAF foi mandatada para uma missão de *peacebuilding* e prepusemo-nos verificar do cumprimento da missão tendo em conta o estabelecido no mandato da ISAF. Esta não é de facto uma resposta fácil e a nosso entender não a conseguimos confirmar no espaço temporal do nosso trabalho.

Segundo vimos, a NATO considera que a ISAF cumpriu a sua missão. Conseguiu durante a sua missão ajudar o governo afegão a estabelecer alguns valores democráticos (ex: eleições livres, igualdade de género), empenhou-se na luta contra os insurgentes, empenhou-se no apoio e treino das forças de segurança afegã, empenhou-se na assistência à população e contribuiu positivamente para o crescimento da população e da melhoria das suas condições gerais de vida.

Mas num tão complexo teatro de operações como o Afeganistão, a articulação e gestão militar encontraram obstáculos à concretização dos objetivos da missão da ISAF. Falamos da geografia física do país e das débeis ligações, falamos também de limitações operacionais como o apoio logístico, insuficiência de meios aéreos, de restrições operacionais dos contingentes e da articulação com as autoridades locais. Por outro lado, temos a conjuntura interna do Afeganistão e, podemos aqui identificar as divergências entre as forças e os diversos contingentes nacionais, a

falta de cooperação estratégica entre os mesmos agravados pelos problemas endêmicos: divergências étnicas, divergências políticas, a economia do ópio, a corrupção alastrada a todas as estruturas do poder, entre outras.

A crescente falta de apoio da população às forças estrangeiras a partir de 2005, revela que a proteção aos civis falhou, se a população não se sente protegida a credibilidade da missão fica comprometida assim como a sua legitimidade.

A ISAF ajudou a criar condições para que um novo governo dirigisse o país com base nas políticas estabelecidas em Bona e foi-se adaptando às necessidades e dinâmica de forças desencadeadas durante 13 anos.

No entanto, a população parece não se ter revisto nas novas instituições administrativas implementadas pelas forças do Estado e baseadas num modelo democrático que não representa a sociedade afegã.

No fim da sua missão em 2014 houve necessidade de deixar outra força, demonstrando que o trabalho feito não estava garantido. Não foi possível erradicar os insurgentes, não foi possível acabar com o comércio ilegal das drogas e armas, com a corrupção, nem com o sentimento anti-ocupantes.

Os treze anos de missão da ISAF parecem não ter sido suficientes para cumprir todos os objetivos de Bona, e muitos fatores para além dos que neste trabalho abordamos podem ter contribuído para isso.

Em última análise e tendo em conta que uma missão de peace building é sempre uma missão a longo prazo, consideramos que os fatores geopolíticos que abordamos não perspetivavam uma fácil implementação do novo regime com um poder centralizado com políticas alinhadas com a democracia ocidental.

Não obstante a posição geográfica estratégica que o Afeganistão ocupa e que lhe permite por exemplo a passagem de gasodutos e oleodutos e a consequente melhoria das condições de vida da sua população; existem fraquezas neste povo que constituem um problema complexo para o Afeganistão (mosaico étnico, rivalidades tribais, frágeis estruturas a todos os níveis, elevada corrupção, mistura de religião e Estado, tráfico de drogas e armas).

## REFERÊNCIAS

- ABCNEWS/BBC/ARDPOLL. 2009. «Support For U.S. Efforts Plummet Amid Afghanistan's Ongoing Strife». *ABC News/BBC/ARD Poll*.
- Almeida, João Marques de. 2003. «A NATO e a Intervenção Militar na Bósnia». *Nação e Defesa*.
- Almeida, Rui. 2019. «Afeganistão: Treze anos depois, perspetivas e reflexões». *IESM, Nº5*, 1–32.
- Amnistia Internacional. 2021. «Afeganistão: missão de assistência das NU». Obtido 8 de Junho de 2023 (<https://www.amnistia.pt/afeganistao-prolongamento-da-missao-de-assistencia-das-nacoes-unidas-unama-e-essencial/>).
- Annah, Kofi A. 2001. «Acordo de Bona». P. 12 em *Letter from Kofi Annah (UN Secretary-General ) to UN Security Council*.
- Antena1/RTP. 2022. «Formalizados pedidos de adesão à NATO da Finlândia e da Suécia».
- Baptista, Paulo Luís Antunes. 2006. «Afeganistão - Uma análise Geopolítica: Reflexões sobre questões da Paz e da Guerra». *Revista Militar Nº 2451*, 44.
- Barack Obama. 2011. «Declaração do Presidente dos EUA : Morte de Bin Laden». *EUA*. Obtido 12 de Maio de 2023 (<https://www.google.com/search?q=declaração+de+obama+aos+americanos+da+morte+de+bin+laden&client=firefox-b-d&biw=1920&bih=947&tbm=vid&sxsrf=APwXEddun9KyvCsQEAPmmGLWLNta90bhgQ%3A1683917885810&ei=PYxeZOaMMaeDkdUPxbuTwAc&ved=0ahUKEwimn6j7uvD-AhWnQaQEHCxdBHgQ4>).
- Bonifácio, Carlos Manuel. 2014. «A geoestratégia do Afeganistão, as operações de segurança e de estabilização».
- Branco, Carlos, RICARDO REAL P. Sousa, GILBERTO CARVALHO DE Oliveira, Mateus Kowalski, e Teresa Almeida Cravo. 2017. *Incursões na Teoria da Resolução de Conflitos*. Universidade Autónoma de Lisboa e OBSERVARE.
- Bush, George W. 2001. «Address to Nation on terrorist attacks 9/11/2001». *youtube*. Obtido 26 de Março de 2023 (<https://www.google.com/search?q=discurso+à+nação+de+George+W+Bush>

+no+11+de+setembro&client=firefox-b-  
d&biw=1275&bih=658&tbm=vid&sxsrf=APwXEdeg2M2f66bMyROtjnhjpav-  
AfAHbw%3A1679856662723&ei=FpQgZM7rK96okdUPyciF4A4&ved=0ahUK  
EwjOzp7dofr9AhVeVKQEHUIkAewQ4dUDCA).

Cabrita, Cristiano. 2017. «Conservadorismo Americano e o Neoconservadorismo :  
A Dicotomia na Cultura Política». 116a138.

Carolina Ribeiro. 2021. «Veja factos que não sabia sobre o 11 de setembro».  
*Exame*.

Clinton, Bill. 2000. «National Security Strategy For a Global Age». *White House*.

Correia, Pedro de Pezarat. 2018. «Geopolítica – Equívocos Identitários: Duas  
Abordagens Prospetivas na Nova Geopolítica». *Idn Nação e Defesa*, nº 151,  
1–181.

Cox, Joseph L. 2006. *Information Operations in Operations Enduring Freedom  
and Iraqi Freedom- What Went Wrong?*

CS/ONU. 2001. «Resolução nº 1386 Conselho Segurança ONU». 12 de  
setembro. Obtido 26 de Março de 2023  
([https://stringfixer.com/pt/United\\_Nations\\_Security\\_Council\\_Resolution\\_1368](https://stringfixer.com/pt/United_Nations_Security_Council_Resolution_1368))

Dias, Carlos Manuel Mendes. 2012. *Geopolítica: Velhas mas novas aproximações  
e ao contrário*. Aveiro: Mare Liberum.

Dias, Carlos Manuel Mendes. 2018. *Geopolítica -Conceptualização Clássica*.  
editado por Sílabas & Desafios. Faro.

Dias, Vanda Amaro, Maria Raquel Freire, e Joana Rocha Barradas. 2021. «A  
Participação de Portugal em Missões Internacionais como Eixo Estratégico  
de Política Externa». *Nação e Defesa*, 119a150.

Duarte, Felipe Pathé. 2015. *Jihadismo Global*. Marcador Editora.

Enciclopédia Geografica. 1989. «Guide to Places of the World».

Francisco Porfírio. sem data. «Franz Boas». Obtido 1 de Maio de 2023  
(<https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/franz-boas.htm>).

ISW. 2009. «The Development of ISAF». *Institute For Study Of War*. Obtido 26 de  
Março de 2023 ([https://www.understandingwar.org/international-security-  
assistance-force-isaf](https://www.understandingwar.org/international-security-assistance-force-isaf)).

Lusa/DN. 2023. «Finlândia já é membro da NATO e ratificou adesão da Suécia».  
*Jornal de Notícias*.

- LUSA/RTP. 2011. «Talibãs atacam quartel general da ISAF». *RTP notícias*. Obtido 30 de Abril de 2023 ([https://www.rtp.pt/noticias/mundo/tres-portugueses-no-quartel-da-isaf-nao-foram-afetados-pelo-ataque-taliba\\_n478387](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/tres-portugueses-no-quartel-da-isaf-nao-foram-afetados-pelo-ataque-taliba_n478387)).
- LUSA. 2014. «EUA e NATO retiram parcialmente do Afeganistão 13 anos após a invasão». *Diário de Notícias*. Obtido 18 de Junho de 2023 (<https://www.dn.pt/globo/eua-e-nato-retiram-parcialmente-do-afeganistao-13-anos-apos-a-invasao-4314695.html>).
- Machado, Miguel. 2015. «Portugal: 12 anos de Participação na ISAF». Obtido 1 de Maio de 2023 (<https://www.operacional.pt/portugal-12-anos-de-participacao-na-isaf/>).
- Ministério, Defesa Nacional. 2002. «Portaria 161/2002 de 22 de fevereiro». *Diário da República* 1474a1475.
- Nações Unidas, Organização. 2023. «Orgãos das Nações Unidas». Obtido 26 de Março de 2023 (<https://unric.org/pt/orgaos-da-onu>).
- NATO. 1949. «Tratado do Atlântico Norte». *Nato*. Obtido 26 de Março de 2023 ([https://www.nato.int/cps/su/natohq/official\\_texts\\_17120.htm?selectedLocale=pt&gt](https://www.nato.int/cps/su/natohq/official_texts_17120.htm?selectedLocale=pt&gt)).
- NATO. 2023a. «ISAF's mandate». *Nato*. Obtido 30 de Abril de 2023 ([https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_69366.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_69366.htm)).
- NATO. 2023b. «NATO member countries». *NATO web page*. Obtido 8 de Junho de 2023 ([https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_52044.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_52044.htm)).
- NATO. 2023c. «The ISAF mission (2001-2014)». *NATO*. Obtido 30 de Abril de 2023 ([https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_8189.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_8189.htm)).
- Nogueira, José Manuel Freire. 2011. *O Método Geopolítico Alargado*. Lisboa: IESM.
- O Público, Jornal. 2001. «Tony Blair declara guerra ao terrorismo». *14 de setembro*. Obtido 26 de Março de 2023 (<https://www.publico.pt/2001/09/14/mundo/noticia/tony-blair-declara-guerra-ao-terrorismo-39958>).
- ONU. 1945. «Carta das Nações Unidas e Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça». 1a108. Obtido 12 de Março de 2023 (<https://www.un.org/es/about-us/main-bodies>).
- ONU. 2008. «United Nations Peacekeeping Operations: Principles and

- Guidelines». *International Peacekeeping* 15(5):742a799. doi: 10.1080/13533310802396475.
- Pinto, Maria do Céu. 2009. «Uma avaliação da Missão NATO no Afeganistão». *Nação e Defesa*, 203a216.
- Publico, Jornal O. 2001. «Acordo Histórico em Bona». *06 de dezembro*. Obtido 8 de Abril de 2023 (<https://www.publico.pt/2001/12/06/jornal/acordo-historico-em-bona-165014>).
- Ramon Fernandes, Vítor. 2017. «Idealismo E Realismo Nas Relações Internacionais: Um Debate Ontológico». 7(2):14–27.
- Regis, André. 2012. «Afghanistan and the fight against terrorism and just war. Reflections from the light international law and the work of Francisco de Vitoria.» *revista de Direito brasileira*, Vol.5 /2013, 222a241.
- República, Assembleia da. 2001. «Reunião Plenária de 19 de Setembro de 2001». *Diário da Assembleia da República*.
- Rodrigues, Domingos. 2011. «As Forças Armadas Portuguesas no Afeganistão». *Nação e Defesa*, 155.
- Samimy, Sais Musa. 2007. «Afeganistão». *DW*. Obtido 30 de Abril de 2023 (<https://www.dw.com/pt-br/missão-internacional-no-afeganistão-completa-cinco-anos/a-2303785>).
- Sequeira, Jorge Manuel Dias. 2021. «Conferências no âmbito da Geopolítica: Afeganistão». em *ISCIA*. Aveiro.
- Sequeira, Jorge Manuel Dias. 2022. «Afeganistão: Geopolítica e Geografia Humana». P. 133a152 em *Geopolítica Nº5 (2022)*, editado por ISCIA.
- Shev, Iryna. 2015. «Morreu Mullah Omar. Mais uma vez». *Expresso*. Obtido 12 de Maio de 2023 (<https://expresso.pt/internacional/2015-07-29-Morreu-Mullah-Omar.-Mais-uma-vez>).
- Sopko, John. 2014. *Special Inspector General for Afghanistan Reconstruction*.
- Stoltenberg, Jens. 2015. *Annual report 2014 (NATO)*. doi: 10.7557/cage.6837.
- Sugahara, Thiago Yoshiaki Lopes. 2008. «Terrorismo e Insegurança no Mundo Pós 11 de setembro».
- US.GOV. 2009. «Focus in Afghanistan». *U.S.Department of State*. Obtido 23 de Junho de 2023 (<https://2001-2009.state.gov/g/wi/afghan/index.htm>).
- Imagem Capa: NATO Facebook – Publicação de 15 janeiro de 2015 (acedido através de imagens google em 17-06-2023)

# ANEXOS

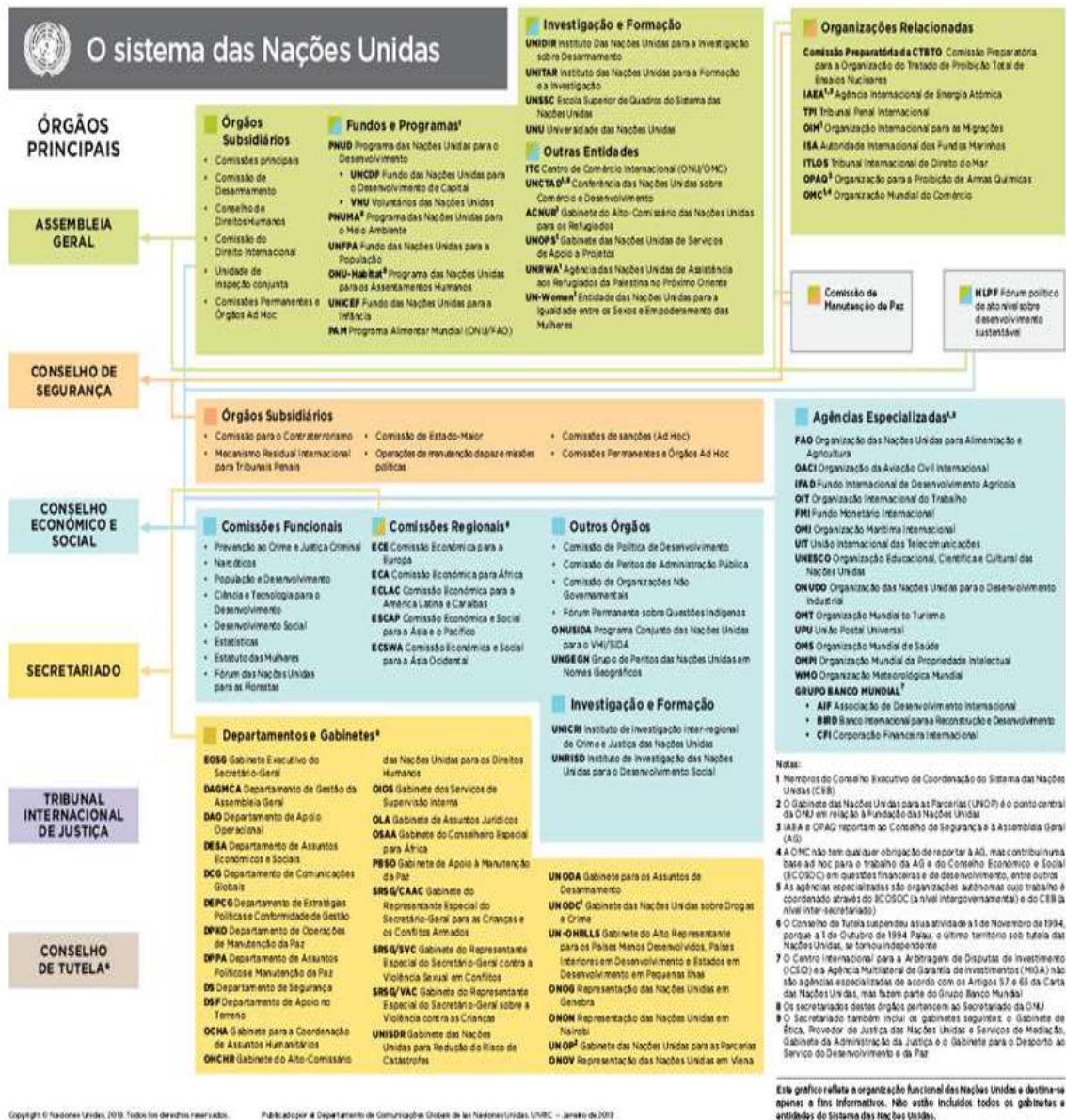


Imagem 2  
Organograma da ONU  
Fonte: [https://unric.org/pt/organograma\(mai-23\)](https://unric.org/pt/organograma(mai-23)).

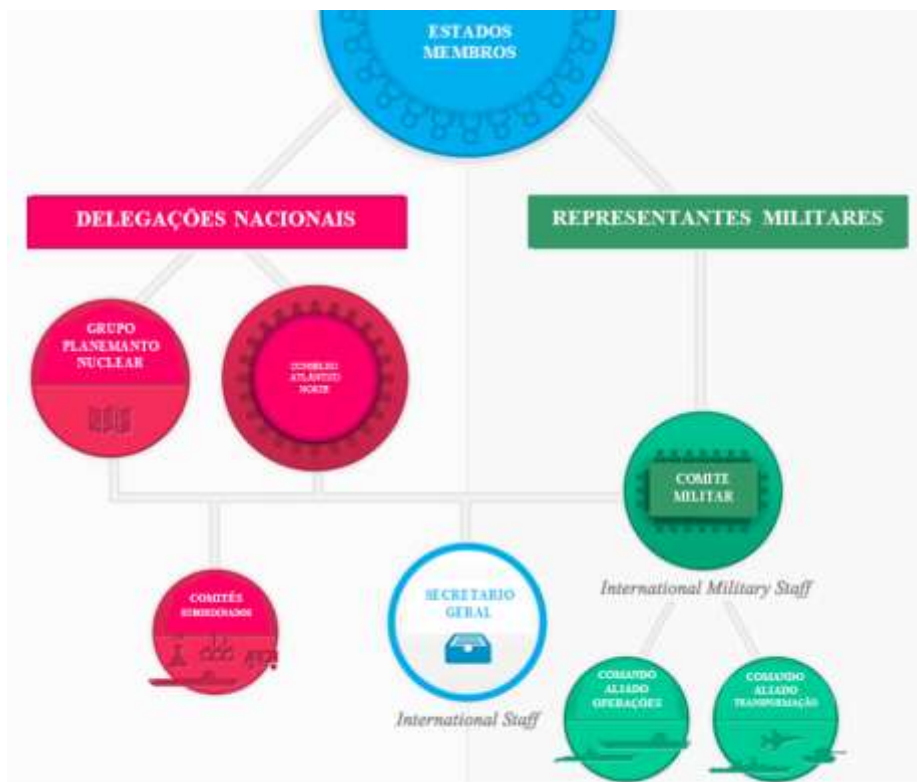


Imagem 3  
Estrutura da Nato,  
Fonte: [https://www.nato.int/nato-welcome/index\\_1](https://www.nato.int/nato-welcome/index_1) (20-05-2023)

Cronologia da Adesão dos Países a Membros da <b>NATO</b>									
1949	1952	1955	1982	1999	2004	2009	2017	2020	2023
Bélgica	Grécia	Alemanha	Espanha	Repúb. Checa	Bulgária	Albânia	Montenegro	Macedónia do Norte	Finlândia
Canadá	Turquia			Hungria	Eslováquia	Croácia			
Dinamarca				Polónia	Eslovénia				
EUA					Estónia				
França					Letónia				
Holanda					Lituânia				
Islândia					Roménia				
Itália									
Luxemburgo									
Noruega									
Portugal									
Reino Unido									

Quadro 4  
Cronologia adesão á NATO  
Fonte: Quadro da autora com base em: [https://www.nato.int/nato-welcome/index\\_pt.html](https://www.nato.int/nato-welcome/index_pt.html) (em 20-05-2023)

<b>Análise SWOT do Afeganistão após invasão dos EUA em 2001</b>	
<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>•Possibilidade de forte crescimento após pacificação do país.</li> <li>•Localização geográfica favorável que permite ligação a economias emergentes como a Índia e o Paquistão.</li> <li>•Possibilidade de forte investimento externo.</li> <li>•Melhoria das condições básicas de vida da população.</li> <li>•Recursos naturais como a lítio e terras raras.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Recursos naturais não explorados.</li> <li>•Mosaico étnico e divergências tribais acentuadas.</li> <li>•População pobre e pouco alfabetizada.</li> <li>•Dificuldade de separação entre Estado e Religião.</li> <li>•Débeis ou inexistentes Estruturas administrativas, judiciais, de saúde ou educação.</li> <li>•Incipiente capacidade económica ou produtiva.</li> </ul>
<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>•Possibilidade de tirar partido da sua posição geográfica para negociar com outros países (Ex: passagem de gasodutos e oleodutos).</li> <li>•Possibilidade de afirmação do Afeganistão enquanto Nação determinante para o crescimento e desenvolvimento da Ásia central.</li> <li>•Possibilidade de desenvolvimento social e económico através da ajuda internacional.</li> <li>•Possibilidade de treino e equipamento das forças de segurança do país.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Insucesso da Missão da ISAF para dotar o Estado afegão de forças armadas e de segurança que garantam a estabilidade e a democratização.</li> <li>•Desconhecimento da população dos sistemas de estruturação das sociedades democráticas ocidentais.</li> <li>•Ressurgimento acentuado de campos de treino da Al-Qaeda e de outros grupos terroristas.</li> <li>•Risco da degradação social e crescimento das rivalidades tribais.</li> <li>•Corrupção alargada a todas as forças do poder.</li> <li>•Comércio ilegal de drogas.</li> </ul>

Quadro 5

Análise SWOT – Afeganistão 2001

Elaborado pela autora

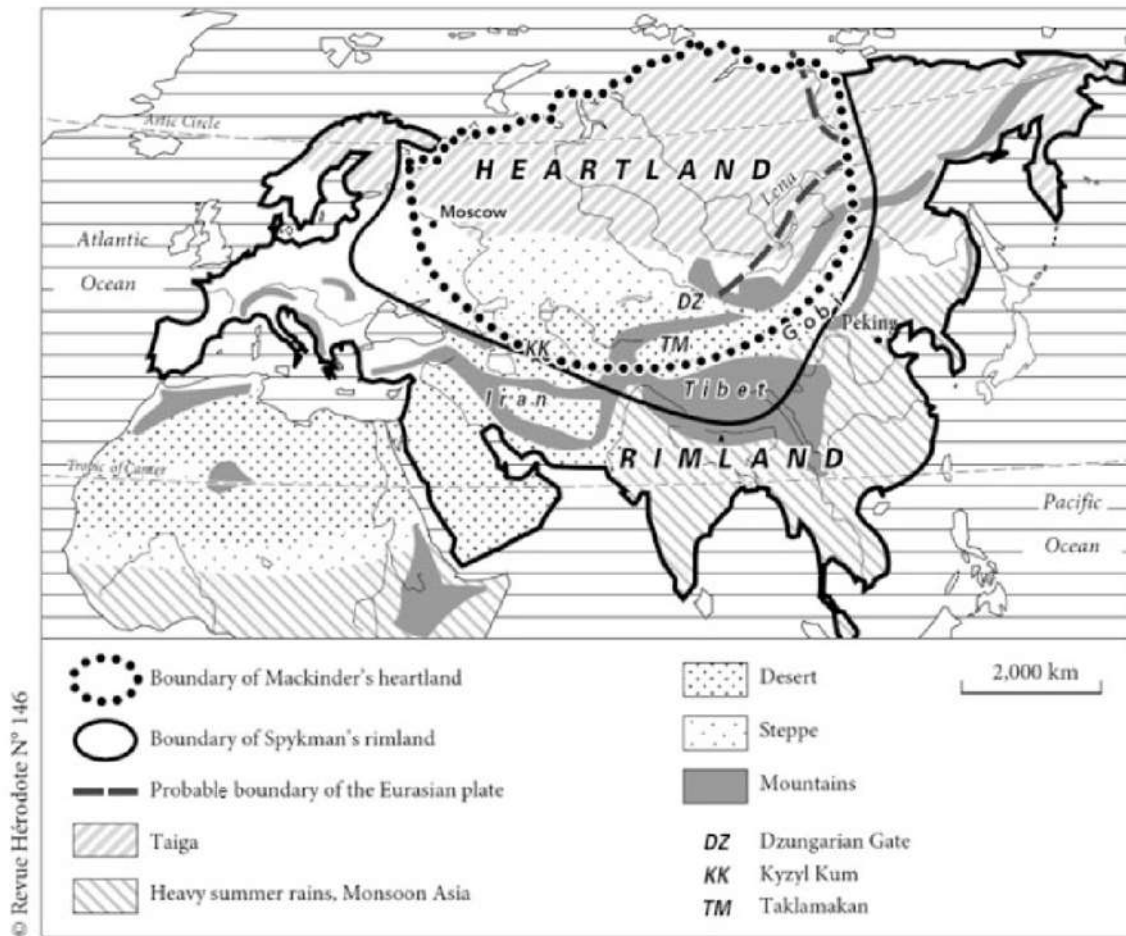


Imagem 4

Heartland Theory of Sir Halford Mackinder (Yves Lacoste, *Le pivot géographique de l'histoire: une lecture critique*, Hérodote 3/2012 (No 146-147) , p. 139-158)  
 Fonte: <https://www.semanticscholar.org/paper/The-Heartland-theory-of-Sir-Halford-John-Mackinder%3A-Chowdhury-Kafi/0258e0cabd0f674eb63d08fe5f8d4d83b8a6b475/figure/0> (16-06-2023)



Imagem 5

Osama Bin Laden foi um dos fundadores da Al-Qaeda em 1988. Foi morto pelos americanos em 2011. (Fonte: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/al-qaeda.htm>, em 30-04-2023)

A Al-Qaeda, “a base” em árabe, é uma organização fundamentalista islâmica fundada, em 1988, por Osama Bin Laden, tendo como objetivo inicial a expulsão das tropas soviéticas do Afeganistão com apoio dos Estados Unidos.



Imagem 6  
Zabihullah Mujahid Porta-voz do grupo Taliban.  
Fonte: gettyimages-1234848284 (28-05-2023)



Imagem 7  
Líder Talibã Mullah Mohammed Omara à frente do Governo Afegão em 2001 e expulso após invasão dos EUA.  
Fonte: AD.nl (28-05-2023 )



Imagem 8  
British Major General John McColl (right), UN special representative Lakhdar Brahimi (center), and Hamid Karzai (new Afghan President) during the January 4, 2002, signing of an agreement on the deployment of foreign troops on Afghan soil.  
Fonte: rferl.org/a/afghanistan-poli \_ (<https://www.rferl.org/a/afghanistan-politics-karzai/26577771.html> , 28-05-2023)

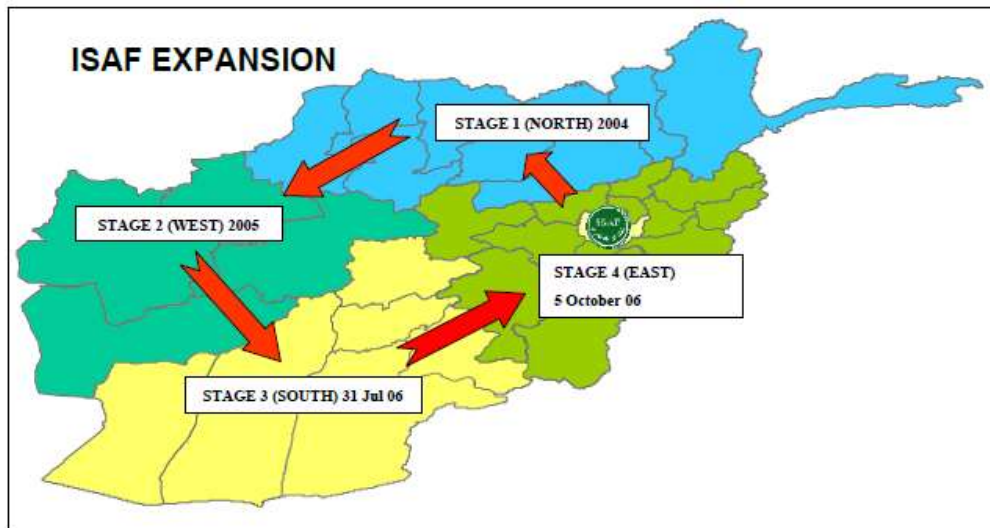


Imagem 9

Fonte: Nato – (2007-01-29-ISAF-Placemat)- Expansão da ISAF a todo o território afegão.



Imagem 10

Fonte: Nato – (2007-01-29-ISAF-Placemat)- organização das forças em todo o território

	Albania	260		Greece	162		Portugal	133
	Armenia	40		Hungary	383		Romania	1938
	Australia	1550		Iceland	4		Singapore	21
	Austria	3		Ireland	7		Slovakia	308
	Azerbaijan	94		Italy	3880		Slovenia	80
	Belgium	507		Jordan	0		Spain	1552
	Bosnia & Herzegovina	55		Republic of Korea	350		Sweden	500
	Bulgaria	602		Latvia	139		The Former Yugoslav Republic of Macedonia*	163
	Canada	2922		Lithuania	237		Tonga	55
	Croatia	320		Luxembourg	11		Turkey	1786
	Czech Republic	519		Malaysia	31		Ukraine	22
	Denmark	750		Mongolia	74		United Arab Emirates	35
	Estonia	163		Montenegro	36		United Kingdom	9500
	Finland	156		Netherlands	192		United States	90000
	France	3935		New Zealand	191			
	Georgia	937		Norway	406			
	Germany	4812		Poland	2560		Total	132,381

*Note on numbers:* Figures are calculated by the Force Flow tracking system at SHAPE HQ and count all troops under the Command and Control of COMISAF. Numbers of troops should be taken as indicative as they change daily.

\* The Former Yugoslav Republic of Macedonia. Turkey recognises the Republic of Macedonia with its constitutional name.

6 June 2011

#### Imagem 11

O maior grupo da ISAF no Afeganistão

Fonte: Nato – (2011-07-26-ISAF-Placemat) Troop Contributing Nations - ISAF em junho 2011.

#### Documento 1

ACORDO DE BONA e Anexos (p. 54 -60)

Fonte: United Nations Security Council S/2001/1154

#### AGREEMENT ON PROVISIONAL ARRANGEMENTS IN AFGHANISTAN PENDING THE RE-ESTABLISHMENT

#### OF PERMANENT GOVERNMENT INSTITUTIONS

The participants in the UN Talks on Afghanistan, In the presence of the Special Representative of the Secretary-General for Afghanistan,

Determined to end the tragic conflict in Afghanistan and promote national reconciliation, lasting peace, stability and respect for human rights in the country, Reaffirming the independence, national sovereignty and territorial integrity of Afghanistan,

Acknowledging the right of the people of Afghanistan to freely determine their own political future in accordance with the principles of Islam, democracy, pluralism and social justice,

Expressing their appreciation to the Afghan mujahidin who, over the years, have defended the independence, territorial integrity and national unity of the country and have played a major role in the struggle against terrorism and oppression, and whose sacrifice has now made them both heroes of jihad and champions of peace, stability and reconstruction of their beloved homeland, Afghanistan,

Aware that the unstable situation in Afghanistan requires the implementation of emergency interim arrangements and expressing their deep appreciation to His Excellency Professor Burhanuddin Rabbani for his readiness to transfer power to an interim authority which is to be established pursuant to this agreement,

Recognizing the need to ensure broad representation in these interim arrangements of all segments of the Afghan population, including groups that have not been adequately represented at the UN Talks on Afghanistan,

Noting that these interim arrangements are intended as a first step toward the establishment of a broad-based, gender-sensitive, multi-ethnic and fully representative government, and are not intended to remain in place beyond the specified period of time,

Recognizing that some time may be required for a new Afghan security force to be fully constituted and functional and that therefore other security provisions detailed in Annex I to this agreement must meanwhile be put in place,

Considering that the United Nations, as the internationally recognized impartial institution, has a particularly important role to play, detailed in Annex II to this agreement, in the period prior to the establishment of permanent institutions in Afghanistan,

Have agreed as follows;

#### THE INTERIM AUTHORITY I.

##### General provisions

- 1) An Interim Authority shall be established upon the official transfer of power on 22 December 2001.
- 2) The Interim Authority shall consist of an Interim Administration presided over by a Chairman, a Special Independent Commission for the Convening of the Emergency Loya Jirga, and a Supreme Court of Afghanistan, as well as such other courts as may be established by the Interim Administration. The composition, functions and governing procedures for the Interim Administration and the Special Independent Commission are set forth in this agreement.
- 3) Upon the official transfer of power, the Interim Authority shall be the repository of Afghan sovereignty, with immediate effect. As such, it shall, throughout the interim period, represent Afghanistan in its external relations and shall occupy the seat of Afghanistan at the United Nations and in its specialized agencies, as well as in other international institutions and conferences.
- 4) An Emergency Loya Jirga shall be convened within six months of the establishment of the Interim Authority. The Emergency Loya Jirga will be opened by His Majesty Mohammed Najibullah, the former King of Afghanistan. The Emergency Loya Jirga shall decide on a Transitional Authority, including a broad-based transitional administration, to lead Afghanistan until such time as a fully representative government can be elected through free and fair elections to be held no later than two years from the date of the convening of the Emergency Loya Jirga.
- 5) The Interim Authority shall cease to exist once the Transitional Authority has been established by the Emergency Loya Jirga.
- 6) A Constitutional Loya Jirga shall be convened within eighteen months of the establishment of the Transitional Authority, in order to adopt a new constitution for Afghanistan. In order to assist the Constitutional Loya Jirga prepare the proposed Constitution, the Transitional Administration shall, within two months of its commencement and with the assistance of the United Nations, establish a Constitutional Commission.

#### II. Legal framework and judicial system

1) The following legal framework shall be applicable on an interim basis until the adoption of the new Constitution referred to above:

- i) The Constitution of 1964, a/ to the extent that its provisions are not inconsistent with those contained in this agreement, and b/ with the exception of those provisions relating to the monarchy and to the executive and legislative bodies provided in the Constitution; and
- ii) existing laws and regulations, to the extent that they are not inconsistent with this agreement or with international legal obligations to which Afghanistan is a party, or with those applicable provisions contained in the Constitution of 1964, provided that the Interim Authority shall have the power to repeal or amend those laws and regulations.

2) The judicial power of Afghanistan shall be independent and shall be vested in a Supreme Court of Afghanistan, and such other courts as may be established by the Interim Administration. The Interim Administration shall establish, with the assistance of the United Nations, a Judicial Commission to rebuild the domestic justice system in accordance with Islamic principles, international standards, the rule of law and Afghan legal traditions.

### III. Interim Administration

#### A. Composition

1) The Interim Administration shall be composed of a Chairman, five Vice Chairmen and 24 other members. Each member, except the Chairman, may head a department of the Interim Administration

2) The participants in the UN Talks on Afghanistan have invited His Majesty Mohammed<sup>60</sup> Zaher, the former King of Afghanistan, to chair the Interim Administration. His Majesty has indicated that he would prefer that a suitable candidate acceptable to all participants be selected as the Chair of the Interim Administration.

3) The Chairman, the Vice Chairmen and other members of the Interim Administration have been selected by the participants in the UN Talks on Afghanistan, as listed in Annex IV to this agreement. The selection has been made on the basis of professional competence and personal integrity from lists submitted by the participants in the UN Talks, with due regard to the ethnic, geographic and religious composition of Afghanistan and to the importance of the participation of women.

4) No person serving as a member of the Interim Administration may simultaneously hold membership of the Special Independent Commission for the Convening of the Emergency Loya Jirga.

#### B. Procedures

1) The Chairman of the Interim Administration, or in his/her absence one of the Vice Chairmen, shall call and chair meetings and propose the agenda for these meetings.

2) The Interim Administration shall endeavour to reach its decisions by consensus. In order for any decision to be taken, at least 22 members must be in attendance. If a vote becomes necessary, decisions shall be taken by a majority of the members present and voting, unless otherwise stipulated in this agreement. The Chairman shall cast the deciding vote in the event that the members are divided equally.

#### C. Functions

1) The Interim Administration shall be entrusted with the day-to-day conduct of the affairs of state, and shall have the right to issue decrees for the peace, order and good government of Afghanistan.

2) The Chairman of the Interim Administration or, in his/her absence, one of the Vice Chairmen, shall represent the Interim Administration as appropriate.

3) Those members responsible for the administration of individual departments shall also be responsible for implementing the policies of the Interim Administration within their areas of responsibility.

4) Upon the official transfer of power, the Interim Administration shall have full jurisdiction over the printing and delivery of the national currency and special drawing rights from international financial institutions. The Interim Administration shall establish, with the assistance of the United Nations, a Central Bank of Afghanistan that will regulate the money supply of the country through transparent and accountable procedures.

5) The Interim Administration shall establish, with the assistance of the United Nations, an independent Civil Service Commission to provide the Interim Authority and the future Transitional Authority with shortlists of candidates for key posts in the administrative departments, as well as those of governors and uluswalsj in order to ensure their competence and integrity.

6) The Interim Administration shall, with the assistance of the United Nations, establish an independent Human Rights Commission, whose responsibilities will include human rights monitoring, investigation of violations of human rights, and development of domestic human rights institutions. The Interim Administration may, with the assistance of the United Nations, also establish any other commissions to review matters not covered in this agreement.

7) The members of the Interim Administration shall abide by a Code of Conduct elaborated in accordance with international standards.

8) Failure by a member of the Interim Administration to abide by the provisions of the Code of Conduct shall lead to his/her suspension from that body. The decision to suspend a member shall be taken by a two-thirds

majority of the membership of the Interim Administration on the proposal of its Chairman or any of its Vice Chairmen.

9) The functions and powers of members of the Interim Administration will be further elaborated, as appropriate, with the assistance of the United Nations.

#### IV. The Special Independent Commission for the Convening of the Emergency Loya Jirga

1) The Special Independent Commission for the Convening of the Emergency Loya Jirga shall be established within one month of the establishment of the Interim Authority. The Special Independent Commission will consist of twenty-one members, a number of whom should have expertise in constitutional or customary law. The members will be selected from lists of candidates submitted by participants in the UN Talks on Afghanistan as well as Afghan professional and civil society groups. The United Nations will assist with the establishment and functioning of the commission and of a substantial secretariat.

2) The Special Independent Commission will have the final authority for determining the procedures for and the number of people who will participate in the Emergency Loya Jirga. The Special Independent Commission will draft rules and procedures specifying (i) criteria for allocation of seats to the settled and nomadic population residing in the country; (ii) criteria for allocation of seats to the Afghan refugees living in Iran, Pakistan, and elsewhere, and Afghans from the diaspora; (iii) criteria for inclusion of civil society organizations and prominent individuals, including Islamic scholars, intellectuals, and traders, both within the country and in the diaspora. The Special Independent Commission will ensure that due attention is paid to the representation in the Emergency Loya Jirga of a significant number of women as well as all other segments of the Afghan population.

3) The Special Independent Commission will publish and disseminate the rules and procedures for the convening of the Emergency Loya Jirga at least ten weeks before the Emergency Loya Jirga convenes, together with the date for its commencement and its suggested location and duration.

4) The Special Independent Commission will adopt and implement procedures for monitoring the process of nomination of individuals to the Emergency Loya Jirga to ensure that the process of indirect election or selection is transparent and fair. To pre-empt conflict over nominations, the Special Independent Commission will specify mechanisms for filing of grievances and rules for arbitration of disputes.

5) The Emergency Loya Jirga will elect a Head of the State for the Transitional Administration and will approve proposals for the structure and key personnel of the Transitional Administration.

#### V. Final provisions

1) Upon the official transfer of power, all mujahidin, Afghan armed forces and armed groups in the country shall come under the command and control of the Interim Authority, and be reorganized according to the requirements of the new Afghan security and armed forces.

2) The Interim Authority and the Emergency Loya Jirga shall act in accordance with basic principles and provisions contained in international instruments on human rights and international humanitarian law to which Afghanistan is a party.

3) The Interim Authority shall cooperate with the international community in the fight against terrorism, drugs and organized crime. It shall commit itself to respect international law and maintain peaceful and friendly relations with neighbouring countries and the rest of the international community.

4) The Interim Authority and the Special Independent Commission for the Convening of the Emergency Loya Jirga will ensure the participation of women as well as the equitable representation of all ethnic and religious communities in the Interim Administration and the Emergency Loya Jirga.

5) All actions taken by the Interim Authority shall be consistent with Security Council resolution 1378 (14 November 2001) and other relevant Security Council resolutions relating to Afghanistan.

6) Rules of procedure for the organs established under the Interim Authority will be elaborated as appropriate with the assistance of the United Nations.

This agreement, of which the annexes constitute an integral part, done in Bonn on this 5th day of December 2001 in the English language, shall be the authentic text, in a single copy which shall remain deposited in the archives of the United Nations. Official texts shall be provided in Dari and Pashto, and such other languages as the Special Representative of the Secretary-General may designate. The Special Representative of the Secretary-General shall send certified copies in English, Dari and Pashto to each of the participants.

For the participants in the UN Talks on Afghanistan:

Ms. Ms. Amena Afzali Mr. S. Hussain Anwari Mr. Hedayat Amin Arsala Mr. Sayed Hamed Gailani Mr. Rahmatullah Mousa Ghazi Eng. Abdul Hakim Mr. Houmayoun Jareer Mr. Abbas Karimi Mr. Mustafa Kazimi Dr. Azizullah Ludin Mr. Ahmad Wali Massoud Mr. Hafizullah Asif Mohseni Prof. Mohammad Ishaq Nadiri Mr. Mohammad Natiqi, Mr. Yunus Qanooni Dr. Zalmay Rassoul Mr. H. Mirwais Sadeq Dr. Mohammad Jalil Shams Prof. Abdul Sattar Sirat Mr. Humayun Tandar Mrs. Sima Wali General Abdul Rahim Wardak Mr. Pacha Khan Zadran

Witnessed for the United Nations by:

Mr. Lakhdar Brahimi Special Representative of the Secretary-General for Afghanistan

#### ANNEX I

##### INTERNATIONAL SECURITY FORCE

1. The participants in the UN Talks on Afghanistan recognize that the responsibility for

providing security and law and order throughout the country resides with the Afghans themselves. To this end, they pledge their commitment to do all within their means and influence to ensure such security, including for all United Nations and other personnel of international governmental and non-governmental organizations deployed in Afghanistan.

2. With this objective in mind, the participants request the assistance of the international

community in helping the new Afghan authorities in the establishment and training of new Afghan security and armed forces.

3. Conscious that some time may be required for the new Afghan security and armed

forces to be fully constituted and functioning, the participants in the UN Talks on Afghanistan request the United Nations Security Council to consider authorizing the early deployment to Afghanistan of a United Nations mandated force. This force will assist in the maintenance of security for Kabul and its surrounding areas. Such a force could, as appropriate, be progressively expanded to other urban centres and other areas.

4. The participanttin the UN Talks on Afghanistan pledge to withdraw all military units

from Kabul and other urban centers or other areas in which the UN mandated force is deployed. It would also be desirable if such a force were to assist in the rehabilitation of Afghanistan's infrastructure.

#### ANNEX II

##### ROL&OF THE UNITED NATIONS DURING THE INTERIM PERIOD

1. The Special Representative of the Secretary-General will be responsible for all aspects of the United Nations' work in Afghanistan.

2. The Special Representative shall monitor and assist in the implementation of all

aspects of this agreement.

3. The United Nations shall advise the Interim Authority in establishing a politically

neutral environment conducive to the holding of the Emergency Loya Jirga in free and fair conditions. The United Nations shall pay special attention to the conduct of those bodies and administrative departments which could directly influence the convening and outcome of the Emergency Loya Jirga.

4. The Special Representative of the Secretary-General or his/her delegate may be

invited to attend the meetings of the Interim Administration and the Special Independent Commission on the Convening of the Emergency Loya Jirga

5. If for whatever reason the Interim Administration or the Special Independent

Commission were actively prevented from meeting or unable to reach a decision on a matter related to the convening of the Emergency Loya Jirga, the Special Representative of the Secretary-General shall, taking into account the views expressed in the Interim Administration or in the Special Independent Commission, use his/her good offices with a view to facilitating a resolution to the impasse or a decision.

6. The United Nations shall have the right to investigate human rights violations and,

where necessary, recommend corrective action. It will also be responsible for the development and implementation of a programme of human rights education to promote respect for and understanding of human rights.

#### ANNEX III

#### REQUEST TO THE UNITED NATIONS BY THE PARTICIPANTS AT THE UN TALKS ON AFGHANISTAN

The participants in the UN Talks on Afghanistan hereby

1. Request that the United Nations and the international community take the necessary

measures to guarantee the national sovereignty, territorial integrity and unity of Afghanistan as well as the non-interference by foreign countries in Afghanistan's internal affairs;

2. Urge the United Nations, the international community, particularly donor countries

and multilateral institutions, to reaffirm, strengthen and implement their commitment to assist with the rehabilitation, recovery and reconstruction of Afghanistan, in coordination with the Interim Authority;

3. Request the United Nations to conduct as soon as possible (i) a registration of voters

in advance of the general elections that will be held upon the adoption of the new constitution by the constitutional Loya Jirga and (ii) a census of the population of Afghanistan.

4. Urge the United Nations and the international community, in recognition of the heroic

role played by the mujanidin in protecting the independence of Afghanistan and the dignity of its people, to take the necessary measures, in coordination with the Interim Authority, to assist in the reintegration of the mujanidin into the new Afghan security and armed forces;

5. Invite the United Nations and the international community to create a fund to assist the

families and other dependents of martyrs and victims of the war, as well as the war disabled;

6. Strongly urge that the United Nations, the international community and regional

organizations cooperate with the Interim Authority to combat international terrorism, cultivation and trafficking of illicit drugs and provide Afghan farmers with financial, material and technical resources for alternative crop production.

#### ANNEX IV

##### COMPOSITION OF THE INTERIM ADMINISTRATION

Chairman: Hamid Karzai

Vice-Chairmen:

Vice-Chair and Women's Affairs: Dr. Sima Samar

Vice-Chair and Defence: Muhammad Qassem Fahim

Vice-Chair and Planning: Haji Muhammad Mohaqqeq

Vice-Chair and Water and Electricity: Shaker Kargar

Vice-Chair and Finance: Hedayat Amin Arsala

Members:

Department of Foreign Affairs: Dr. Abdullah Abdullah

Department of the Interior: Muhammad Yunus Qanooni

Department of Commerce: Seyyed Mustafa Kazemi

Department of Mines and Industries: Muhammad Alem Razm

Department of Small Industries: ArefNoorzai

Department of Information and Culture: Dr. Raheen Makhdoom

Department of Communication: Ing. Abdul Rahim

Department of Labour and Social Affairs: Mir Wais Sadeq

Department of Hajj and Auqaf: Mohammad Hanif Hanif Balkhi

Department of Martyrs and Disabled: Abdullah Wardak

Department of Education: Abdul Rassoul Amin

Department of Higher Education: Dr. Sharif Faez

Department of Public Health: Dr. Suhaila Seddiqi

Department of Public Works: Abdul Khalig Fazal

Department of Rural Development: Abdul Malik Anwar

Department of Urban Development: Haji Abdul Qadir

Department of Reconstruction: Amin Farhang

Department of Transport: Sultan Hamid Hamid

Department for the Return of Refugees: Enayatullah Nazeri

Department of Agriculture: Seyyed Hussein Anwari

Department of Irrigation: Haji Mangal Hussein

Department of Justice: Abdul Rahim Karimi

Department of Air Transport and Tourism: Abdul Rahman

Department of Border Affairs: Amanullah Zadran

(Documento 1)